

MEMÓRIAS  
DA  
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE  
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLI

---

**As Bíblias e outras Raridades das  
Colecções de Frei Manuel do  
Cenáculo.**

**Da sua existência na Biblioteca da  
Academia das Ciências de Lisboa**

ILÍDIO DO AMARAL

---



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE LISBOA

LISBOA • 2020



# As Bíblias e outras Raridades das Coleções de Frei Manuel do Cenáculo. Da sua existência na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa

ILÍDIO DO AMARAL†

*“O livro visto por fora não mostra nada; por dentro está cheio de mistérios.”*

*“O livro, sendo o mesmo para todos, uns percebem dele muito, outros pouco, outros nada.”*

*“O livro é um mudo que fala, um surdo que responde, um cego que guia, um morto que vive, e não tendo acção em si mesmo move os ânimos e causa grandes efeitos.”*

(PADRE ANTÓNIO VIEIRA, *SERMÕES*, 99)

*“Quando o incunábulo augustianiano” – referência à Cidade de Deus de Santo Agostinho oferecida por J.V. de Pina Martins à Academia das Ciências de Lisboa – “se encontrava entre os meus livros numa estante onde ele dialogava com os Opera omnia de Pico della Mirandola (Bolonha, 1496), eu recorria frequentemente à sua leitura por amor librorum ou por imposição da minha curiosidade. Na Academia das Ciências, o meu incunábulo passou a ficar numa sala hermeticamente fechada, onde se encontram os livros valiosos, ou seja o que os Franceses chamam a Réserve Précieuse. Mas a Reserva Preciosa ficou realmente... de reserva. Os ilustres académicos não estão hoje voltados para o passado. Os científicos olham, como está bem de ver, para o futuro. Muitos dos letrados não amam de facto o que chamam, num jargon moderno, a cultura livresca...*

*E eis como, deste modo, os incunábulos ficam condenados a pernoitar no escuro intangível da Reserva Preciosa”*

(excerto retirado de J. V. DE PINA MARTINS, “As queixas de um incunábulo (Veneza, 1475) esquecido e abandonado” em pp. 225-230 de *História de Livros para a História do Livro*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007).

*“Há décadas, há séculos que, por exemplo, a Gerontocomia jaz meia-morta no seu antiquíssimo revestimento andrajoso. Mas o Pentateuco hebraico impresso em Ulisseia, no ano de 1491 sobre velino erbúrneo, frequentemente viaja até luminosos expositores, assim como a Bíblia de Mogúncia impressa em pergaminho no ano de 1462” (Idem, idem).*



## INTRODUÇÃO

Tomei estas afirmações de J.V. de Pina Martins como desafio pessoal. Elas aumentaram a minha curiosidade já antiga pela Bíblia ou Bíblias e também pela ilustre personalidade de Frei Manuel do Cenáculo (Lisboa, 1724 – Évora, 1814), Bispo de Beja e Arcebispo de Évora, tantas vezes citado pelas suas ligações com o Convento franciscano de Santa Maria de Jesus em Lisboa e com a Academia das Ciências de Lisboa da qual foi Sócio. Em carta datada de Beja, 31 de Dezembro de 1779, isto é, poucos dias depois da autorização real da criação da Academia das Ciências, Frei Manuel do Cenáculo escrevia ao seu Amigo Frei Plácido Barroco que “o Duque de Lafões tem formado uma sociedade de Letras, já confirmada pela Rainha, em que sou sócio. Conde Vimioso, outra sociedade, em que sou sócio” (Códice 802V da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, documento 299).

O Conde Vimioso estava ligado à Nova Arcádia, Academia fundada pelo Padre Domingos Caldas Barbosa (Rio de Janeiro, 1738? – Lisboa, 1800), um mulato brasileiro filho de um português e de uma angolana que foi enviado para Portugal em 1763 para estudar em Coimbra. Celebrizou-se como poeta e músico com o pseudónimo de Lereno. A Academia reunia ora na casa do Conde de Pombeiro ora na do Conde de Vimioso. Fez parte dela o poeta Barbosa du Bocage, além de outras figuras notáveis.

Frei Manuel do Cenáculo teve confirmação de Sócio Correspondente da Academia das Ciências de Lisboa em “Assembleia particular” de 28 de Junho de 1780. Cerca de 32 anos depois foi-lhe atribuído, “por unanimidade, o título de Sócio Honorário” em Assembleia de Efectivos de 6 de Junho de 1812, “escrevendo o seu nome entre o de dois Príncipes Estrangeiros” (o Príncipe de Gales e o Duque de Sussex) “e de Personagens mais Conspíquas do Estado”. Estava velho e cansado, com perda de vista e decréscimo das faculdades intelectuais. “A Igreja, a Pátria e as Letras o perderam no infausto dia de 26 de Janeiro de 1814, na idade de noventa anos não completos, e sempre abençoarão a sua memória” (Manoel Trigoso d’Aragão Morato, “Elogio do Excelentíssimo e Reverendíssimo D. Frei Manoel do Cenáculo, Arcebispo d’Évora”. *Memórias da Academia Real das Ciências*, 1815, Tomo IV, 1.ª Série, pp. LXIII- CXX). O Elogio inclui uma biografia pormenorizada de Frei Manuel do Cenáculo, com muitas notas de rodapé e uma lista das suas publicações.

Neste trabalho, que deve ser tomado como simples conjunto de notas avulsas, preliminares, **darei relevo ao desejo de Frei Manuel do Cenáculo, claramente expresso na sua correspondência, de vender a Bíblia de Mogúncia ou simplesmente a Moguntina datada de 1462 e outras das suas colecções de “raridades” aos Padres do Convento de Jesus de Lisboa**, notas coligidas da leitura de cartas suas datadas de Beja nos anos de 1795 e 1796 para Frei Plácido de Andrade Barroco em Lisboa (originais no Códice 802V da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa) e de outros documentos. Muito mais coisas serão escritas acerca de Bíblias.

Devo acrescentar que a minha curiosidade pela *Moguntina* foi avivada ao ver uma exposição de um dos dois exemplares existentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e, como Sócio da Academia das Ciências de Lisboa, ao saber da existência de um exemplar na sua “Sala de Reservados”. Ao contrário do que se tem escrito, as cartas referidas anteriormente provam que a *Moguntina* de 1462, uma das “raridades” das colecções de Frei Manuel do Cenáculo, existente na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, **não foi “doada” de imediato** pelo seu possuidor. Começou por ser objecto de longas negociações comerciais dele com os Padres do Convento de Jesus de Lisboa, aos quais pedia 600\$000 réis pela Bíblia, obra que adquirira “a Borel” (referência à firma Borel e Borel, de livreiros franceses estabelecidos em Lisboa) por quantia superior.

Neste momento das pesquisas ainda me resta saber se chegou a haver o pagamento do valor pedido por Frei Manuel do Cenáculo ou se ele acabou por dá-la, gratuitamente, à Livraria do Convento de Jesus de Lisboa. O que é certo é que no decorrer das negociações manteve aquele preço até mesmo quando por 800 mil réis se mostrou disposto a juntar aos dois volumes da *Moguntina* a caixa de pereiro que os continha e que lhe custara algum dinheiro, mais outras obras raras, e ainda a promessa de um “presente” ou “mimo” de 120 volumes gratuitamente.

A leitura de uma obra bem recente levou-me a concretizar a curiosidade pela *Moguntina* de 1462. Dos quatro exemplares que Portugal possuiu um está na Academia das Ciências de Lisboa, o outro na Biblioteca da Universidade de Coimbra e dois na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro levados para terras brasileiras quando em Novembro de 1807 a Corte Portuguesa deixou Lisboa rumo à colónia do Brasil levando consigo uma boa parte da Biblioteca Real. Lá ficaram. A obra acima referida é *Os livros e as bibliotecas no espólio de D. Frei Manuel do Cenáculo. Relatório de correspondência, róis de livros e doações a Bibliotecas*. Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2009, 669 p., resultante de um projecto de investigação patrocinado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, coordenado por Francisco António Lourenço Vaz.

Nela os investigadores examinaram a correspondência de Frei D. Manuel do Cenáculo existente nas Bibliotecas da Academia das Ciências de Lisboa (pp. 49-208), Pública de Évora (pp. 211-300), Nacional de Portugal (pp. 303-322) e outras (pp. 325- 326). Juntaram um Anexo documental com transcrições de cartas e róis (pp. 327-635, das quais 333-448 correspondem à Academia das Ciências de Lisboa). Ora bem, o espaço ocupado pelos documentos existentes na Academia das Ciências de Lisboa, um pouco mais de 40 p. 100 das páginas livro, dão a percepção da importância deles. E sucede ainda que numa boa parte da correspondência e róis de Frei Manuel do Cenáculo a *Bíblia de Mogúncia* ou *Moguntina* de 1462 aparece como uma jóia preciosa entre as “raridades literárias” das suas colecções.

Mais adiante farei referência a outras Bíblias mencionadas em róis de Frei Manuel do Cenáculo, algumas das quais desapareceram ainda em tempos da Livraria dos frades terceiros. É o caso de algumas Bíblias quatrocentistas e quinhentistas arroladas numa lista que tudo leva a crer ter sido feita por alguém da Livraria do Convento (Códice 950V). Reproduzo o conteúdo de tal lista, que tem

por título “Donativos do Bispo de Beja à Livraria dos seus Padres de N. Senhora de Jesus de Lx.<sup>a</sup> em Julho de 1795”, estando contudo a primeira palavra (Donativos) riscada com um traço horizontal de tinta semelhante ao do texto. Além de uma “*Bíblia Sacra do Século 13, fol. 2 volumes*”, manuscrita, estão incluídas outras impressas que menciono em itálico e entre aspas, respeitando o texto original. A “*Bíblia de Richel, Basileia, 1497, fl. 1 volume*”. Sucede que em *Livros quatrocentistas da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa*, 1992, aparece uma numerada com 13 como sendo de Bernardus Monachus Richel, mas datada de 1477, 2 volumes, com descrição minuciosa e a simples indicação de ter pertencido “à Livraria do Convento de Nossa Senhora de Jesus de Lisboa” (pp. 27-29), sem indicação da origem. A “*Bíblia de Veneza, 1497, fl. 1 volume*”: em *Livros Quatrocentistas da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa* com o número 14 aparece a indicação de “Veneza: Leonardus Wild para Nicolaus de Francónia”, datada de 1478 (pp. 29-30) também com a indicação de ter pertencido ao Convento de Nossa Senhora de Jesus, sem mais nada. A “*Bíblia de Jenson, Veneza, 1479, fol. 1 volume raríssima*”; em *Livros Quatrocentistas...* em número 15 com a mesma data e a indicação de ter pertencido ao Convento de Nossa Senhora de Jesus. Resta saber se as diferenças de datas das duas primeiras correspondem a edições diferentes ou a erros do copista que fez a lista. Nesta lista e num “Acrescentamento ao Donativo do Bispo de Beja...” foram arroladas outras Bíblias, quer manuscritas (1) quer impressas (7, incluindo a de Bomberg), mas sem a indicação de datas. E a *Moguntina* não faz parte da Lista nem do seu Acrescentamento.

Em 1909, para não recuar mais longe, Cardozo de Bethencourt, 1.º Oficial da Biblioteca da Academia em *A Biblioteca da Academia Real das Ciências de Lisboa* escrevia na página 18: “em Julho de 1795, fr. Manoel do Cenáculo deu uma preciosa colecção de incunábulo, livros raros e manuscritos que, em parte, desapareceram.” E acrescentava que em tempos antigos já os Padres Terceiros tinham obtido “do Papa uma bula de excomunhão contra os bibliokleptos”.

O mesmo desaparecimento de obras raras seria referido por J.V. de Pina Martins em *Livros Quatrocentistas da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa*, 1992. Para um caso particular, o da Bíblia Poliglota de 1514-1517, a *Complutense*, depois de transcrever as afirmações de Cardozo de Bethencourt na Introdução de *Livros Quinhentistas Espanhóis da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa* (1989), acrescentou o seguinte: “A tipografia espanhola de Alacalá de Henares, glória da

filologia do Humanismo durante a primeira metade do século XVI, está muito bem representada, ainda que, entre os livros quinhentistas complutenses, não se encontrem a *Bíblia Poliglota* de 1514-1517, nem textos erasmianos editados por Miguel de Eguia”.

### **I – As Bíblias e outras Raridades das Coleções de Frei Manuel do Cenáculo, em cartas suas dirigidas a Frei Plácido de Andrade Barroco do Convento de Jesus em Lisboa nos anos de 1795 e 1796**

“Vossas Mercês não fazem conceito do que eu ajuntei: ajuntei o que faria honra a uma testa coroada que quisesse fazer uma biblioteca digna de si. São muito mais de 60 anos de aquisições em diversos Países feitas por um sentido particular que Deus me deu para esse género de coisas, adquiridas muito honestamente com fortuna, com diligência. O que tem ido pela porta fora sem ser para aí e o que tenho” (em) “Catálogo é incrível.” (Carta de 18 de Setembro de 1796 de Frei Manuel do Cenáculo para Frei Plácido Barroco).

São numerosas as cartas datadas de Beja, escritas nos anos de 1795 e 1796, bem como vários róis de livros sem datas, documentos dirigidos a Frei Plácido de Andrade Barroco a quem Frei Manuel do Cenáculo tratava, frequentemente, por “Amigo do coração”. Os originais fazem parte do Códice 802V dos Reservados da Academia das Ciências de Lisboa. Deles extraímos os excertos que vão assinalados entre aspas e entre parêntesis as datas das cartas e a numeração, tal como esta aparece no Códice, que não corresponde a uma arrumação cronológica das cartas.

Antes de prosseguir vale a pena recordar quem era Frei Plácido de Andrade Barroco (1750-1813). Franciscano, “Definidor”, “Cronista” e “Ministro geral” (1807) da sua Ordem, autor, entre outros trabalhos, de uma *Dissertação sobre a Origem das Vestes Sagradas na Lei da Graça* (publicada em 1791 na Régia Oficina Tipográfica) com extensa dedicatória a “D. Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas, Bispo de Beja, do Conselho de Sua Magestade”. A amizade e a dedicação de Frei Plácido Barroco estão bem patentes no longo e elegante preâmbulo da sua *Dissertação* dedicada, justamente, a Frei Manuel do Cenáculo, já então Bispo de Beja,

como “pequeno donativo a quem se distinguira desde os tempos de vida no claustro” (referindo-se ao Convento de Jesus), do qual fora a “alma” e lhe dera “glória”, historiando o quanto Frei Manuel do Cenáculo fizera para implementar vários campos do saber. Ele destacara-se “entre tantos Prelados e Varões singulares, que pelo seu zelo incomparável e pela sua ciência” faziam “a glória da Igreja e o ornamento” de Portugal. E prosseguia na interrogativa: “Porque quem melhor que V. Excelência, cheio de conhecimentos profanos e sagrados tem com seus sábios escritos em todas as faculdades científicas mostrado a um século tão descuidado como o nosso a ideia dos primeiros Padres e Mestres do Cristianismo?” Terminava o preâmbulo do seguinte modo: “Receba portanto V. Excelência esta minha pequena produção com aquela bondade admirável com que então quis animar o meu respeito e a minha timidez quando a recitei” (referindo-se à *Dissertação*). “E queira aumentar-lhe o valor, aceitando o testemunho público da minha gratidão. De V. Excelência súbdito respeitoso e obediente...”.

As cartas dão a imagem de Frei Manuel do Cenáculo não apenas como bibliófilo notável, muito bem informado, “grandioso humanista das Luzes (...), um dos maiores bibliófilos portugueses de todos os tempos”, como escreveu J.V. Pina Martins em *Livros Quatrocentistas da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa*, 1992, p. 26, mas também a de um homem conhecedor e praticante do comércio de obras raras: ao longo delas Frei Manuel do Cenáculo insistiu e usou de vários argumentos para que os Padres do Convento de Jesus de Lisboa lhe **comprassem a Moguntina de 1462 por 600 mil réis**. Para os aliciar, além de um presente de 120 volumes, proporia, posteriormente, por 800 mil réis a *Moguntina*, conservado aquele valor e dando de graça a caixa de pereiro que mandara fazer para os dois volumes e que lhe custara dinheiro, juntamente com as Bíblias de Ximenes, de Ferrara, de Bomberg, a Liturgia sueca, uma edição madrilena de D. Quixote e mais outras obras.

Note-se a existência na Biblioteca Pública de Évora de uma lista de livros comprados por Frei Manuel do Cenáculo, documento sem lugar nem data, em que as Bíblias, com exceção de Bomberg, a Liturgia Sueca e D. Quixote aparecem arroladas do seguinte modo: “*Biblia Sacra Polyglotta, complectencia Vetus Testamentus Hebraico, Graeco et Latino Idiomate; Novum Testamentum Graecum, et Latinum, cum Vocabulário Hebraico, et Chaldaico, et Dictionario Graeco. Compluti. 1514 (...)*”

6 vols. fol. – *Biblia Sacra Latina Vulgatae Editionis. Moguntiae per Iohannem Fust.* 1462. 2 vol. fol. – *Liturgia Suecanae Ecclesiae Catholicae, et Orthodoxae conformis.* 1576 – *Biblia en Lengua Espanola, traduzida Palabra por Palabra de la Verdad Hebraica (...)* por Abraham Usque, a costa de Yom Tob Atias. Ferrara. 1553. fol. – *Bibliothèque Curieuse Historique, et Critique (...)* par David Clement Gottingen, et Leispsic. 1750 (...) 9 vol. in 4.º – *El Ingenioso Hidalgo D. Quixote de la Mancha, compuesto por Miguel de Cervantes Saavedra Nueva Edition corregida por la Real Academia de Espana.* Madrid. 1780, 4 vol., in 4.º. (Biblioteca Pública de Évora, CXXIX 1-16). Salvo a Bíblia de Bomberg e a obra de David Clément, que referirei mais adiante, é fácil o reconhecimento das outras: a primeira é a de Ximenes, a segunda a Moguntina, a terceira a Liturgia sueca, a quarta a Ferrara e a sexta D. Quixote.

Retomando o testemunho do Elogio feito por Trigozo d’Aragão Morato, Frei Manuel do Cenáculo encontrava “nas Divinas Escrituras o verdadeiro espírito das virtudes Cristãs”. Por isso tinha nas suas colecções “copiosíssima” quantidade de “Bíblias manuscritas e impressas”, tantas quanto podia haver. “Respeitava e amava tanto este Livro, que nunca deixou de o trazer consigo, ainda (que) em viagem; nunca o abriu com a cabeça coberta; nunca se deitou, ainda (que) nos incómodos aposentos em que se alojava nas ocasiões de Visita, sem que primeiro lesse de joelhos um capítulo dele”.

Para que lhe fosse comprada a *Moguntina* Frei Manuel do Cenáculo usou vários argumentos, desde os blandiciosos, aos de alguma “chantagem”, às expressões duras de zangado como “os seus Padres são uns tontos” perante a indecisão dos Superiores do Convento de Jesus de Lisboa. Pela clareza dos conteúdos das cartas considereei dispensáveis quaisquer comentários. Na sua transcrição apenas me limitei a fazê-lo em linguagem e pontuação mais actuais. Sem dúvida que o ponto fulcral na correspondência de 1795 e 1796 é a *Bíblia de Mogúncia* ou *Moguntina* datada de 1462 que Frei Manuel do Cenáculo comprara ao livreiro Borel por “seiscentos e mais mil réis” e que desejava que fosse **adquirida** pelos “Padres” do Convento de Jesus, “assim como outras obras preciosas e de custo, mas sem rebate”. O preço da Bíblia era quanto ela valia quando aparecia e ele estava disposto a vendê-la “a quem desse mais” preferindo, contudo, que ela ficasse na Ordem (carta de 29 de Maio de 1795, numerada como documento 42 no Códice).

Desde que o “Padre Geral” se decidisse sobre a compra da Bíblia e de outros livros raros e caros, daria o “dito por não dito” aos contactos já iniciados com o

livreiro Bertrand e ainda faria um “Presente” à Livraria do Convento de “120 volumes, e que não eram” as obras “que pretendia vender” pois estas tinham sido adquiridas “com dinheiro da Igreja”. As do “Presente” daria “por graça e amizade”. Não seria esta a última nem a penúltima dádiva desde que o Padre Geral decidisse a aquisição da *Moguntina*. E acrescentava que “fora do Reino” tinha quem comprasse “grande parte” das suas raridades pois bastava que escolhesse para onde lhe “puxavam pela capa” – isto é, não lhe faltavam compradores – mas que preferia fazer o negócio com os Padres do Convento de Jesus pois que sabia bem como a sua “Livraria” estava ornada “no material da Casa, mas faltíssima no que” honrava “as Bibliotecas”, que eram “manuscritos e raridades” (...). E questionava: “Que faz Vossas Mercês em gastar cinco mil cruzados para a Livraria ser Livraria?” (carta de 3 de Junho, doc. 175-176).

Na mesma carta escrevia que “desde um ano a esta parte vou dilatando na esperança de que a Congregação abra um dia os olhos e quis eu sempre que ela fosse minha herdeira e muitas das minhas coisas livres, porque eu lhe dei mais do que tinha no instante em fui feito Bispo. O Padre Geral escreveu-me com afeição e creio que de boa-fé, em maneira que posso hoje dizer que estamos todos uns mais coisa menos coisa, o que sempre há ainda mais e mais bem entendidas amizades. Isto suposto quem arrecadou setenta e cinco mil cruzados deixou numerário para empregar em coisas que por outra parte quando as quiserem não as encontrarão”.

Para valorizar a Bíblia e outras raridades que pretendia vender pedia ao Amigo que fizesse o melhor para concretização do negócio. “Se o Geral se tentar empregue vinténs nesse Rol pois com o seu conteúdo podem Vossas Mercês dizer que têm junto o que as outras Bibliotecas não têm, e teria eu pena que aí não ficasse isto, pois logo o remeto para fora onde se espera. Não dou porque são coisas de custo e comprei com dinheiro da Igreja, mas querendo o Padre Geral, eu, do que posso dar, hei-de brindar a Livraria com um Presente de cento e vinte volumes fora dos vendidos e” (estes) “dou por graça e amizade, os quais são trigo de prioste” (tem o significado o melhor trigo de uma colheita) “e não os daria eu por setecentos mil réis”.

“A insipidez com que se vive neste Reino em matéria de Letras é de entristecer sumamente”. E numa linguagem chã apontava os argumentos que Frei Plácido Barroco deveria utilizar, “conversando, chocalhando ou propondo” ao

“Padre Geral”: “1.º de fora do Reino me comprem e pagam as minhas raridades; 2.º aqui não há para ficarem; bastam as obras de sortimento” (isto é, em abundância, ou repetidas) “e até um cento de coisas literárias que honrem a Casa e o Bispado; 3.º tenho amor à Ordem e devo preferi-la se ela quiser, para que se não queixe de que ela preferia e eu me esqueci, tanto mais que depois da venda sou amigo da minha honra para ficar uma lista do meu escolhido e raro donativo; 4.º quando não queiram voltarei para onde me puxam pela capa; 5.º em vindo esta resposta de sim ou de não darei a resolução sobre Bertrand, que naturalmente aceitarei os 144 mil réis” (carta de 5 de Junho, doc. 110 – 111). Quanto a esta última parte, referida a Bertrand, julgo que diria respeito a outro assunto pois Frei Plácido Barroco servia de intermediário nos negócios com essa família de livreiros.

“O Presente de que já fiz catálogo para dar à Livraria é melhor do que Vossa Mercê cuidará (...). Certo é que *Moguntina* e *Poliglota* de Ximenes e outros não se encontram senão em um século. Isso carece de um terceiro que tempere gastos” (carta de 12 de Junho, doc. 71). Referindo-se a livros em geral, todavia a expressão de “noto nada me dizer em dois correios sobre o negócio dos Livros” certamente incluiria o que queria vender à Ordem. Recebera “uma carta de Espanha” em que lhe diziam que logo que respondesse viria uma pessoa ver e comprar quanto ele quisesse “largar tanto de Museu como de Livraria” porque “ali há fome e sede de fazer Bibliotecas” e quem lhe escrevia “era homem de (...) lançar a barra mui alto”. Tinha “dor” que as suas raridades fossem “para fora do Reino, e muito mais” da sua “Congregação. Na Ordem ficavam” a seu prazer, “se ela tomasse parte maior ou menor”. Já tinha decidido: “acabando a tempestade das chuvas” poderia “mandar desses falados a Bertrand” (carta de 19 de Junho, doc. 116).

“Far-me-á pena que o Geral não faça um esforço para a Ordem ficar com a *Moguntina*, Ximenes, Ferrara” e ainda a “Liturgia de Suécia”. Indicara “os últimos preços”, isto é, sem alteração, pois era certo que se o Bertrand ficasse com as obras haveria de “ganhar muito”. E pedia ao seu Amigo que cuidasse que os Padres arranjassem o dinheiro, pois que a Casa era rica. Mais uma vez acenava com um “rico Presente” para a Livraria do Convento de Lisboa. “Para a Espanha nem um livro” queria “mandar” (...). “Vossa Mercê tem muito entendimento para não deixar ir os livros para Bertrand senão depois de estar senhor de si. Ele há-de ganhar por que os rebato muito do que eles me custaram” (carta de 30 de Junho, doc. 117). Em carta seguinte pedia a Frei Plácido Barroco que separasse “a

*Moguntina*, dois volumes de folhas atados com cordão de retrós verde e fivelas de prata, a de Ximenes 6 volumes, a de Ferrara em marroquina amarela e a *Liturgia Sueca*” e guardasse “tudo em si muito bem fechado” até que ele resolvesse (carta de 3 de Julho, doc. 114).

Tendo ficado comovido com as notícias muito favoráveis sobre a qualidade da Livraria do Convento de Jesus e “as maravilhas da Casa” manifestou-se disposto a “concorrer para o seu esplendor” porque não podia “esquecer de a ver” como coisa sua. Acrescentava na carta ao Amigo que “para sinal e comprovação de tudo Vossa Mercê leve ao Padre Geral e ao Padre Confessor essa lista” – certamente uma das listas sem datas – “que me parece um mimo de pessoa amiga pois são Livros de todas as raridades e daqueles com que blasonam as primeiras Livrarias da Europa quando nelas se encontram. Livros de sortimento acham-se em havendo dinheiro”. Dos outros “foi necessária a fortuna de eu os achar e o génio de gastar moedas com as coisas desse merecimento” (carta de 4 de Julho, doc. 83). Segundo a mesma carta, calculava “ter gastado muitos tostões neles para agora os dedicar de coração” à Casa de Lisboa. Iam “bem tratados e grande parte” forrados “em marroquina”.

Na sua opinião “quando uma Livraria tem algum códice de Bíblia e de Santo Padre fecha-o e mostra-o com vaidade inocente” e acrescentava que “essa não é ainda a minha última demonstração de donativo” e que “desejaria muito” que a Biblioteca do Convento de Jesus “se notabilizasse com as peças seguintes: Bíblia Moguntina Fol. 2, Bíblia de Ximenes Fol. 6, Bíblia de Ferrara de 1553 e a célebre e inachável coisa Liturgia Suecanae Ecclesiae”, mas estes “não os podia largar senão comprados e valem muito bem 800 mil réis” (carta anteriormente referida).

Se comprassem aquelas obras e outras coisas que ele desejava que ficassem na Ordem aumentaria o donativo. Evitar-se-ia a ida delas “para Espanha”, pelo que esperava “a resolução dos Padres para escrever a Madrid”. O livreiro Borel, que lhe vendera a *Moguntina*, já se mostrara disposto a comprá-la por 600 mil réis. Ora se ela ficasse “na Ordem” mandar-lhe-ia “a primorosa caixa de pereiro coberta de marroquina” que lhe custara “mais de doze moedas”. Os Padres não ficariam mal. Mais acrescentou na mesma carta que se Frei Plácido Barroco falasse com Bertrand e “de longe” lhe acenasse “com *Moguntina* e o mais acima” vê-lo-ia “tentado” (carta de 6 de Julho, doc. 16).

Entretanto, tendo tido notícia que os Padres de Lisboa se dispunham a comprar a "*Moguntina, etc.*" comunicava a Frei Plácido Barroco que acrescentaria um presente "de vulto" e que com a compra das obras ficaria "a Livraria grã Senhora". Contudo não deixou de acrescentar que, se não houvesse concretização do negócio, já tinha "uma pessoa de primeira hierarquia de Espanha" que lhe queria comprar "tudo quanto" ele quisesse, "dinheiro à vista". Não era o "Padre Filipe" (Frei Manuel do Cenáculo referia-se a Felipe Seio de San Miguel, Bispo de Segóvia, também grande bibliófilo, mestre da infanta Carlota Joaquina, a quem dediquei algumas notas noutra parte deste trabalho), mas alguém "de primeira classe". Contudo preferia que fosse a Ordem a comprar-lhe as preciosidades (carta de 17 de Julho, doc. 387).

Mais tarde insistiria que desejava que a Ordem ficasse com aquele conjunto de livros pois que estes não se achavam "facilmente, nem ainda separados". Dar-lhe-ia muito "prazer" que os Padres ficassem com eles, mas só os largaria "vendidos". Comprariam "muito barato (...). Excepto a *Moguntina*" faria abatimento "de custo nos outros". Todavia, chamava a atenção para o seguinte: oferecendo a "bela caixa" da *Moguntina*, esta acabaria por ficar "mais barata" (carta de 24 de Julho, doc. 2). E em cartas posteriores diria que "se Vossas Mercês comprarem o que foi apontado nada vendo a Bertrand" (carta de 27 de Julho, doc. 428). Que por "800 mil réis" venderia as Bíblias e Liturgia sueca; "Quixote, Sixtina, Justiniani" eram outra conta, e a "Espanhola de 1569" (no primeiro caso D. Quixote de Cervantes, no segundo a Bíblia do Papa Sixto V e no terceiro a Bíblia de Augustino Justiniano, de 1516) e outras coisas que blasonariam a Livraria do Convento de Jesus, desde que tivesse conhecimento da "resolução" dos Padres de Lisboa. De novo deixava o aviso para que se os Padres aproveitassem o tempo. Se não fosse concretizado o negócio ele já tinha feito "a conta" e ir-se-ia desfazendo das coisas, isto é, por outras palavras, venderia a outros interessados (carta de 31 de Julho, doc. 75).

Não chegavam notícias concretas de Lisboa e é visível um maior endurecimento de tom, um certo nervosismo nas cartas de Frei Manuel do Cenáculo para Frei Plácido Barroco. Começou por escrever que "pelos 800 mil réis" daria "o seguinte precisamente: *Moguntina*, Ximenes, Ferrara, e Liturgia Sueca, e Quixote e mais nada", salvo a oferta da caixa de pereiro da *Moguntina*. Logo a seguir, na mesma carta, acrescentaria o desejo de vender também "a raríssima e única

Concordância que assenta em ser do mesmo carácter e ano” da qual “dos bibliófilos só um fala nela”; era “coisa de preço”. Juntaria ainda “a *Bibliot. Curieuse* de Clemente 4.<sup>o</sup>” para mostrar “que a *Moguntina* tinha os caracteres da verdadeira e ainda coisas que Clemente não viu, como eu tenho cotejado”. Este Clemente corresponde a David Clément (1701-1760), autor de *Bibliothèque Curieuse Historique et Critique ou Catalogue Raisonné de Livres Difficiles à Trouver* (9 volumes de 1750 a 1760, 4.302 p.), uma obra fundamental para os colecionadores de livros antigos, da qual direi alguma coisa mais adiante.

O valor de “800 mil réis” pelo conjunto de obras representava um preço “para amigos”. Quanto à “Sixtina”, ficaria para “outro conto” ou contrato. “À proporção do dinheiro irei distribuindo, ficando Vossas Mercês muito bem” (carta de 7 de Agosto, doc. 112). Algumas frases desta carta, como de outras, reforçam a ideia do papel de intermediário comercial desempenhado por Frei Plácido Barroco: “como espero os 800 mil réis não largo de uns vinténs que aqui tenho coisa alguma para dar a Gregório” (noutros casos aparece como Manuel Gregório). “Cobrados avisarei da aplicação”.

“Vossa Mercê conhece a sua índole” (referência ao Padre Geral) “e préstimo e bem. Faça-o ter dinheiro. Tenho pena que estejam tão estáticos. Certo é que o duque d’Alva” (naturalmente referia-se ao Duque d’Alba D. José Álvarez de Toledo y Gonzaga (1756-1796), filólogo, bibliófilo, mecenas das artes, nomeadamente de Goya) “faz uma Biblioteca Pública em Madrid a encher. Tenho aviso para o dar logo que queira, e vir aqui o comprador. Não Senhor, não vai para Espanha coisa alguma e eu terei suma pena que não fiquem aí” (carta de 14 de Agosto, doc. 432). Na mesma ocasião manifestava o desejo de vender o “Monetário” e começaria “pelo de cobre” e pedia ao amigo que visse junto de “Stocqueler, hoje Secretário da Academia”, sem compromisso, se este estaria interessado na aquisição. Referia-se a Francisco de Borja Garção Stockler (1759-1820), político e matemático, protegido do Duque de Lafões.

Em cartas de princípios de Setembro Frei Manuel do Cenáculo continuou a referir-se ao “Presente” para a Livraria do Convento de Jesus de Lisboa e a 18 desse mês anunciava que enviara “três caixotes, resto do presente à Livraria” e num deles “um em fólio todo em hebraico, a Concordância que faz jogo com a Bíblia de Bomberg” (cartas de 18 de Setembro, docs. 379 e 391). Todavia, sem decisão de compra dos Padres de Lisboa a impaciência de Frei Manuel do

Cenáculo atingira o máximo e é com certa dureza que escrevia a Frei Plácido Barroco nos seguintes termos: “Os seus Padres são tontos e mesquinhos que perdem a melhor ocasião do mundo: oiro em pó” (carta de 25 de Setembro, doc. 23).

De uma carta de Frei Manuel do Cenáculo fica a impressão que prometia livros que não chegava a enviar e que terá pedido a devolução de alguns já enviados para Lisboa. Serve de exemplo: “mande-me a Lista dos livros que eu prometi e não foram, para irem; (...) e no caixão em que eles forem podem vir os Livros da Bíblia de Ximenes que são quatro volumes de que sabe Manuel Gregório (...) e fazem-me cá muita conta”. Além da devolução dessa Bíblia pedia também as de “Pandectas Florentinas” de 1553 (vasta compilação de leis romanas descoberta em 1150, que o Imperador Clotário doara a Florença) “e os Platões” coisas que não queria Bertrand. Efectivamente a Bíblia foi-lhe devolvida porquanto a 25 de Março de 1805 Frei Manuel do Cenáculo, acompanhado por luzidia comitiva, foi depor o primeiro tomo da Ximenes nas estantes da Biblioteca de Évora por si criada. Ainda que isto lhe causasse prejuízo, venderia as colecções “despedaçadas” porque precisava de dinheiro. Não compreendia que a Ordem não arranjasse “os três ou quatro mil cruzados”; estava disposto a dar “um bom adjutório em menos de três meses em dinheiro por uma coisa que preparo. O Geral é um serafim, porém carece de alentos e outros apósitos que lhe fazem grande falta” (carta de 16 de Outubro, doc. 217).

Mais uma vez Frei Manuel do Cenáculo mostraria a sua impaciência ao escrever “os seus Padres são uns tontos: percam embora. Sonhei um alto segredo que me obriga a pôr com dono quanto há aqui bom de livros: ficam os de sortimento. Os mais vão-se, e tenho-me lembrado mandar um bom recado deles a Londres a vender ao Museu Britânico. (...) São os últimos preços: são livros de estimação. (...) Estimo o rol dos Livros do Presente que irei buscando e mandando. (...) Geral não me escreveu, mas a todo o tempo há-de pagar” (carta de 23 de Outubro, doc. 356). Entretanto o Geral esteve em Beja, como se pode deduzir das informações seguintes: “vamos com prazer na companhia do Padre Geral e sociedade” (carta de 20 de Novembro, doc. 136). “Geral aqui voltará Sábado e creio que passado o dia da Conceição marchará a Évora se não for antes”. E acrescentava: “sempre me sentirei que não se aproveitem porque eu vou a passar isto. É coisa ridícula que não se atrevam a tomar ou despegar de 4 mil réis para os quais até eu

concorrerei dentro de um ano com a quantia de 2 mil réis que disponho dar em Missas e não serão de seis vinténs. Mas antes de Outubro não posso dar a metade, nem antes de Janeiro de 97 a outra metade, pois sairão de encargos da Igreja que ando arruinando..." (carta de 26 de Novembro, doc. 46).

O encontro com o Padre Geral permitiu que Frei Manuel do Cenáculo escrevesse o seguinte: "Tenho ajustado e concluído comigo o Padre Geral que tomará muitos tostões para me comprar quanto eu queira largar. Certo é que além disso hei-de acrescentar o Presente". Uma vez que o Geral se dispunha a comprar, faria "preços racionáveis". (...) "Geral está com ardor imutável na compra e eu estimo, porque por aqui, por ali, o que tenho determinado vender, hei-de logo fazê-lo, mas ele está ansioso. Passada a Conceição parte, e no instante em que me avise dos *cum quibus* vai um bom Rol, e muito honrado. E com ele um donativo menos mau que está junto esperando menção" (carta de 4 de Dezembro, doc. 430).

Em carta posterior confirmava as informações que uma vez passada a Conceição o Padre Geral partiria, deixando saudades; que ele estava "na fixa resolução de buscar logo dinheiro e como ele" ia "para estar a tempo da vinda do Príncipe" cuidaria logo disso, "e eu estou impaciente, e no entanto preparo a Lista do que hei-de enviar e valha por coisa de cinco a seis mil cruzados além dos 400 mil que creio ele dará logo" (...) "Muito ricas coisas tenho alistado, e vão preços cómodos, além do muito que tenho ajuntado já para aumentar o Presente" (carta de 6 de Dezembro, doc. 227). Note-se que o Geral também se manifestara interessado no Monetário. Tinha fé em que o Geral chegasse a tempo da "ida do Príncipe" (...) "Até princípios de Fevereiro" esperava "resolução para concluir" (carta de 11 de Dezembro, doc. 442).

O assunto continuou no ano de 1796 e numa primeira carta o aviso de Frei Manuel do Cenáculo era o seguinte: "Ficou concertada uma boa remessa de raridades para Espanha. Vossas Mercês dormem, eu vou meu caminho", acrescido de outro elemento provocador, "Paulistas já têm um bom depósito para comprarem livros" (carta de 12 de Fevereiro, doc. 354). Referia-se aos Paulistas cujo convento na Calçada do Combro ficava separado do de Jesus apenas por um mato de cardos, os "cardais".

Frei Manuel do Cenáculo apresentaria aos Padres do Convento de Jesus de Lisboa sugestões para que adquirissem outras raridades das suas colecções, enaltecidas com as expressões de única, rara, raríssima, estimável, "nada que não

preste": "Colecções sobre Jesuítas, sobre *Bula Unigenitus*; de Filologia profana; de LL. Orientais; de manuscritos orientais; coisas do Reino e outras; de Museu; de monetário até duas mil e mais medalhas de ouro, prata e cobre". (...) "Sendo para a Ordem" tais colecções não iriam "de custo violento mas cómodo", ainda que algumas coisas valessem mais. Contudo seriam cedidas com preços "muito correntes e abatidos os outros. As parcelas acima" podiam "chegar a cinco, seis, oito e mais mil cruzados" mas sendo para a Ordem depois dessa compra iria "um bom donativo gratuito" (carta de 18 de Março, doc. 438).

Sobre a forma como arranjava dinheiro, pelo menos uma parte, acrescentava na mesma carta o que já dissera: "no princípio de Dezembro do presente ano de 96" encomendaria "400 mil réis de missas de dois tostões e ao fim de Janeiro de 1797 outros quatrocentos mil réis do mesmo modo, com dinheiro na mão a tempo de se encomendarem". Em carta do mês seguinte era muito categórico: "vou separando as colecções para estarem prontas logo que vierem notícias de *cum quibus* e da mesma sorte vou aprontando o aumento do Presente que é escolhido". Também tinha de "separar o mimo que há-de ir para os Paulistas" (carta de 4 de Abril, doc. 352).

Na última carta da série que aqui me interessa, depois de referências a outras obras valiosas acrescentou: "Senhor leia tudo isto ao Padre Geral com muitas recomendações e o mesmo ao Padre Confessor; acautelem-se dos vizinhos, e eu sou muito amigo da minha Congregação". Pelo que vem a seguir, os "vizinhos" eram os Paulistas. "Façam o ajuste e verão depois o mimo. Também o hei-de fazer de algumas poucas galantarias a essa Livraria dos padres Paulistas. Não sei encarecer-lhe o quanto me prezaram e obrigaram e é uma razão dar-lhe(s) um índice de gratidão" (carta de 18 de Setembro, doc. 349).

A carta termina de uma forma lapidar que resume a sua vida de bibliófilo e colecionador de "raridades": "Vossas Mercês não fazem conceito do que eu ajuntei: ajuntei o que faria honra a uma testa coroada que quisesse fazer uma biblioteca digna de si. São muito mais de 60 anos de aquisições em diversos Países feitas por um senso particular que Deus me deu para esse género de coisas, adquiridas muito honestamente com fortuna, com diligência. O que tem ido pela porta fora sem ser para aí e o que tudo tenho" (em) "Catálogo é incrível".

Compreende-se o profundo desgosto, a dor que Frei Manuel do Cenáculo sentiu quando escreveu o seguinte em carta de 14 de Novembro de 1808 a Frei

Plácido Barroco (documento 51 do Códice 802V) que eu transcrevo apenas com a alteração da pontuação: “Eu fui mui roubado por franceses e migueletes: todo o monetário de ouro e prata, e quanto era desses metais no Museu, com estrago de outras coisas me levaram; toda a guarda-roupa, a capa que tinha deixado o Senhor Arcebispo D. Joaquim; toda a cavalheirica; destrocado tudo pelo chão das casas. Tudo se foi, e tarde se poderá reduzir. Manuscritos cortados à tisoura”. Julgo que, referindo-se ao Convento de Lisboa, tenha acrescentado o seguinte: “Senhor, sinto que essa casa fosse, depois de ultrajada, tão censuradamente arruinada: Deos a proverá”.

Num texto também de 1808, “Memória manuscrita dos trabalhos que sofreu o Sr. Arcebispo desde a invasão dos Francezes naquella cidade &c.” a informação tem outro cariz. “A primeira casa em que entraram saqueando, foi o Palácio Arquiepiscopal... não ficou quase nada da prata, de que o meu Antecessor se tinha provido; fiquei sem Anel Episcopal. Do copioso Monetário que a tanto custo tinha juntado, para deixar juntamente com a grande Livraria que tenho edificado, tudo quanto era ouro e prata foi saqueado, como também rasgados os Livros, e feitos em pedaços os Manuscritos. Quebrando as mais pequenas e delicadas peças do Museu natural e artificial, unicamente para levarem alguns pequenos remates de prata e ouro. Enfim, reduzindo tudo a um estado de fazer lástima, ainda a quem não é curioso”.

## **II. Notas avulsas e bastante incompletas sobre as actividades comerciais de Frei Manuel do Cenáculo**

“Se o Geral se tentar empregue vinténs nesse rol pois com o seu conteúdo podem Vossas Mercês dizer que têm junto o que as outras Bibliotecas não têm (...). Não dou porque são coisas de custo e comprei com dinheiro da Igreja”. (Carta de Frei Manuel do Cenáculo a Frei Plácido Barroco de 3 de Junho de 1795)

Além das cartas o Códice 802V contém diversas listas (ou róis) de livros enviados, algumas muito extensas. Infelizmente não têm datas, o que não facilita relacioná-las com as cartas, à excepção de uma do conteúdo de uma “Caixa II”

que não deixa dúvidas quanto ao destinatário: a Livraria do Convento de Jesus de Lisboa. Outras tinham como destinatário Bertrand. Naquela caixa estão listadas, com os respectivos preços: “Bíblia Moguntina 1462 Fol. 2 legitima... 600\$000. Bíblia Polygl. Ximenes Fol. 6... 096\$000. Bíblia Ferrara Fol. 060\$000. Liturgia Suecanae Ecclesiae segundo de Bure... 040\$000. D. Quixote Fol. 4 ed. Madrilense... 028\$000” (no Códice, documento n.º 70). Como se vê o preço da *Moguntina* foi mantido em 600 mil réis, muitíssimo superior ao das outras obras.

Frei Manuel do Cenáculo conhecia bem os valores comerciais das raridades que queria vender e tinha a necessidade de vender. Basta olhar para os róis de livros que mandava a Frei Plácido Barroco, a maior parte das obras destinadas a Bertrand. Ficando pelas Bíblias acrescento às referidas anteriormente a *Septuaginta* grande de Graba 4\$800 réis; a *Vindobona-Dubierre*, 24\$000 réis; a de *Lyra sinaloro nec anno século XV incógnita et única*, 4\$800; a *Poliglota de Londres* (ou Walton), 40\$000 réis, um preço demasiado baixo, tendo em conta que a comprara por 64.000 réis. Frei Manuel do Cenáculo tinha livreiros em Portugal e no Estrangeiro que lhe forneciam as “raridades” literárias. As suas dívidas atingiam valores muito elevados e por ora não foi possível saber, exactamente, quanto ele gastava e de onde provinha tanto dinheiro. As indicações são vagas nas cartas a Frei Plácido Barroco, limitando-se a referências sobre valores de livros enviados a Bertrand, sobre entrega de verbas a um Manuel Gregório e pouco mais.

Para as notas que aqui reuni, além da correspondência já utilizada, socorri-me do artigo de Francisco A. Lourenço Vaz, *A fundação da Biblioteca de Évora*, que li em [http://www.evora.net/bpe/2005Bicentenario/dias/01 Mar05/Simposio/FVaz.pdf](http://www.evora.net/bpe/2005Bicentenario/dias/01%20Mar05/Simposio/FVaz.pdf). Intercalei algumas notas para dar maior relevo à importância das colecções de Frei Manuel do Cenáculo e dos seus valores comerciais.

Segundo aquele autor “Frei Manuel do Cenáculo tinha uma ‘conta aberta’ nos principais livreiros franceses estabelecidos em Portugal. Um desses livreiros, Borel e Borel “(...) em 1780” enviara “uma letra de dívida que o Bispo de Beja contraíra em 1773 junto de Antoine Jean, um livreiro de Turim, a quem comprara a *Bíblia de Aretin* e a *Bellum Papale*, obras raras que lhe tinham custado 100 libras, o equivalente a três moedas de ouro e um teço de moeda”.

A primeira, ainda não consegui identificá-la, correctamente, pois há um Aretin autor de uma *Aurea Biblia Vetus et Novi Testameti* e um Pietro Aretin autor de

*Sete Salmos da Penitência de David* (1540). A segunda, referir-me-ei a ela mais a adiante, a propósito das críticas à *Bíblia Sixto-Clementina*.

“Cenáculo não pagara essa despesa desde 1776 devia a Borel e Borel 1.241.000 réis, dívida que se arrastou até 1792. Com efeito, só em 1788 mandou pagar 300.000 réis; em 1781 o livreiro francês acusava esse pagamento mais o de 30 moedas de ouro para pagar obras compradas ao livreiro de Turim (tratava-se naturalmente das já referidas e da obra *Decor Puellarum*)”.

Esta, atribuída a Giovanni Certosino, noutros casos dito Dio. De Dio, é a *Questa sie una opera la quale si chiama Decor puellarum zoe honore de le donzelle la quale da regola forma e modo al stato de le honeste donzelle*, um método para a educação das jovens. Ainda que apareça na capa a data de 1461 e impressa por Nicolas Jenson, tudo indica que houve erro ou fraude na datação para se reclamar como sendo uma das primeiras obras impressas em Veneza com caracteres romanos. Na verdade a data será de 1471. Nicolas Jenson, nascido cerca de 1420, foi admitido no *atelier* de Fust e Schoeffer em Mogúncia fazendo o juramento que não revelaria a ninguém o que ia aprender da arte tipográfica. Decorridos três anos, pelo saque da cidade pelas tropas do Arcebispo Adolfo de Nassau na noite de 28 de Outubro de 1462, decidiu procurar outras paragens. Acabou por se fixar em Veneza onde começou a trabalhar como assistente de Johann e Wendelin de Spire, tornando-se mestre-impressor em 1470. Com um sócio fundou o que seria a primeira sociedade comercial de tipografia, com agentes noutras cidades italianas. Ora bem, tendo sido ele o impressor de *Decor Puellarum*, nunca o poderia ter feito antes de 1471. O problema da data voltaria a ser retomado em várias ocasiões e em séculos mais tarde, com variantes, de que recordo o livro de Antonio Zatta, *Della prima origine delia stampa di Venezia per opera di Giovanni da Spira del 1469, e risposta alla difesa dei Decor Puellarum dei sig. ab. Mauro Boni*, publicada em 1781-1783 com edições posteriores.

Retomando o texto de Francisco A. Lourenço Vaz, “O livreiro francês queixa-se que todas as contas com os livreiros de que eram intermediários tinham sido pagas, excepto a dívida antiga. E o que é mais espantoso é que nessa mesma carta testemunha que Cenáculo os informara que não tinha possibilidade de pagar essa dívida, ao ponto de lhe sugerir que era mais fácil devolver-lhe os livros comprados. Finalmente em carta datada de Abril de 1792, Borel e Borel, informa que a conta devida por Cenáculo é agora 354.749 réis mais 19.250 réis para pagar a

Bíblia Espanhola de Seio. Outro livreiro francês radicado em Lisboa e em cuja casa tinha conta aberta, era Cláudio du Beux e também nesta casa o Bispo de Beja fez avultadas compras de livros, contraindo uma dívida de 1.590.870 réis, em 1779, dívida que se arrastou até 1796”.

Filipe Scío de San Miguel (1738-1796), nascido como Filipe Scío y Riaza, ailhado de baptismo de Filipe V, tomaria o nome pelo qual é mais conhecido quando aos 16 anos de idade professou na Ordem Religiosa das Escolas Pias (inicialmente “Ordem dos Clérigos Regulares Pobres da Madre de Deus das Escolas Pias”) iniciada em 1602 como Associação das Escolas Pias para a manutenção de um colégio popular e gratuito situado no centro de Roma, sendo o seu Director San José de Calasanz. Em 1621 o Papa elevou a Associação à categoria de Ordem com ministério equiparável ao de outras Ordens (Benedictinos, Franciscanos, Dominicanos, Jesuítas). Nela, Filipe Scío foi ordenado sacerdote em 1761. Estudou na Universidade de Alcalá de Henares, exerceu o ensino, viajou pela Itália, pela Alemanha e pela França, em Roma ampliou os seus estudos teológicos e regressou à Espanha em 1768.

Porque a expulsão dos jesuítas favoreceu a entrada dos escolápios na área da educação, Felipe Scío de San Miguel ganharia papel de relevo na direcção de colégios da sua Ordem. No colégio de Getafe ampliou o conteúdo da biblioteca e fez um jardim botânico destinado à instrução dos alunos. Preocupado com a reforma do ensino publicou um *Método Uniforme para las Escuelas Pias* (1780). Neste mesmo ano o Rei D. Carlos III encarregou-o da tradução da Bíblia em língua espanhola – *La Biblia vulgata Latina Traducida en Espanol y Anotada Conforme al Sentido de Los Santos Padres e Expositores Catholicos, por El P. Felipe Seio de San Miguel de las Escuelas Pias, dedicada Al Príncipe de Asturias Nuestro Senor* (1790-1793) – e da educação da infanta D. Carlota Joaquina, que viria a ser rainha de Portugal, tarefa que continuou durante algum tempo em Lisboa. É natural que nessa altura Frei Manuel do Cenáculo tivesse conhecido o Padre Felipe Scío. Em Dezembro de 1795 o Padre Felipe Scío seria eleito Bispo de Segóvia, quando já estava muito doente, ministério que exerceu por pouco tempo. Faleceu em Abril de 1796.

Na tradução da Bíblia, dita Espanhola, o Padre Felipe Scío teve a colaboração de outro escolapiano, Benito Feliú de San Pedro a quem coube também a supervisão da impressão feita em Valência, já que o Padre Felipe Scío se encontrava

em Portugal como mestre de D. Carlota Joaquina. A primeira edição em vários tomos, com estampas a cores, esgotou-se rapidamente, embora fosse muito cara e só acessível a gente endinheirada. A segunda edição feita em 1794-1797, 20 tomos, trouxe muitas revisões devido a críticas formuladas à primeira, como certos desvios em relação à Vulgata e a excessiva importância dada aos textos hebreus. Procederam a esse trabalho, cingindo-se mais à Vulgata, os escolápios Calixto Homero, Hipólito Lereu, Luis Minguez e Ubaldo Homero. Esta segunda edição também foi alvo de críticas porque eliminou muitas das notas da primeira demonstrativas do conhecimento que o Padre Felipe Scío tinha do grego, do latim, do hebreu e do siríaco, menorizou a forma como ele dominava a patrística, a hermenêutica e a filologia, ficaram omitidos autores de uma lista de duas centenas e referências a cerca de seiscentas obras.

Decidi terminar as minhas notas relacionadas com obras citadas por Francisco A. Lourenço Vaz com um caso: o de “Merinschy: *Thesaurus Linguarum Orientalum, cum onomafrio, et grammatica* (Viena, 1862, 5 tomos, fol. 150.000 réis)”.

Certamente que se trata de Franciscus Meninski, de seu nome original Franciscus A. Mesgnien ou Menin (1623-1698), célebre orientalista germânico nascido na Lorena quando esta fazia parte do Santo Império Romano-Germânico. Com cerca de trinta anos acompanhou o Embaixador da Polónia a Constantinopla. Aí teve a ocasião de estudar a língua turca com Bobovius, isto é, Albertus Bobovius, o músico polaco Wojciech Bobowski (1610-1675) que há muito vivia em Constantinopla, tendo-se convertido ao islamismo com os nomes de Ali Bey ou Ali Ufki. Este homem que foi intérprete, tesoureiro e emissário do sultão, falando 16 línguas, traduziu a Bíblia em turco otomano, conhecida por *Kitabi Mukaddes* (o Livro Sagrado), compôs um Saltério otomano, *Mezmurlar* (1665), conjugando o sistema assimétrico do Saltério genebrino com o sistema modal turco, as suas obras musicais, as *Mecmûa-i Sâz ü Söz*, são consideradas como as mais importantes do século XVII otomano, escreveu uma gramática da língua turca (1666), traduziu obras de Hugo Grotius e Comenius.

Ao fim de dois anos de estada em Constantinopla, Franciscus A. Menin tinha aprendido o suficiente para ter o lugar de primeiro intérprete da embaixada polaca junto da “Porta”, isto é, a Porte Sublime, a *Bab-i Ali*, a entrada monumental para a área do palácio de Topkapi que alojava a corte imperial otomana e onde o Sultão recebia os embaixadores estrangeiros, além de presidir a outras

cerimónias. Mais tarde Franciscus A. Menin viria a ocupar o posto de Embaixador da Polónia, naturalizado polaco e juntando ao seu apelido a terminação “ski” que passou a ser Meninski, por vezes citado com formas deturpadas. Pelos seus serviços, não só de intérprete e de embaixador, mas também de enviado especial a outras cortes orientais, recebeu muitas honrarias como a de cavaleiro da Ordem do Santo Sepulcro, depois de estado em Jerusalém. Regressado à Europa e instalando-se em Viena, foi um dos conselheiros de guerra do Imperador do Sacro Império Romano-Germânico e primeiro intérprete de línguas orientais.

Das obras que escreveu destaca-se o *Thesaurus linguarum orientalium*, publicado em Viena em 1680, 4 volumes, aos quais se juntou em 1687 outro volume, *Complenaentum Thesauri linguarum orientalium, seu onomasticum Latino-Turcico-Arabico-Persicum*. Tornando-se os primeiros volumes extremamente raros, em parte perdidos com a destruição de impressoras durante o cerco de Viena pelos turcos em 1683, cerca de um século depois o filólogo inglês William Jones (1746-1794), membro de uma sociedade de homens letrados, pensou na reedição da obra de F.A. Meninsky, plano que não tece concretização perante as despesas avultadas que isso implicava. Caberia à Imperatriz Maria Teresa de Áustria (1717-1780) a resolução das dificuldades, dando tudo quanto era necessário. Finalmente a obra começou a sair em Viena em 1780: *Francisci a Mesgnien Meninski Lexicon Arabico-Persico-Turcicum, adjecta ad singulas voces et phrases interpretatione Latina, ad usitatores, etiam Italica*, em 4 volumes.

Voltando às dívidas de Frei Manuel do Cenáculo no valor global de 10.317.850 réis (Quadro VI do artigo de Francisco A. Lourenço Vaz) – sendo 4.470.905 a Nicolau Pagliarini no período de 1768-1792, 4.204.037 a De Beux e Levier no período de 1771-1796 e a Borel e Borel de 1.642.908 no período de 1773-1792, não havendo qualquer referência à dívida com Bertrand, tão citado nas suas cartas de 1795 e 1796 a Frei Plácido Barroco e outras mais – não há dúvida que é um montante demasiado elevado para um Bispo de uma região não muito rica de um País pobre, tornando-se a sua explicação um tema muito aliciante. Recordo que o Cardeal Étienne-Charles de Loménie de Brienne, grande bibliófilo falecido em 1794, que fora um homem rico, principal ministro de Luís XVI, tendo acumulado uma fortuna de 678.000 libras só de benefícios eclesiásticos, teve de vender uma parte da sua biblioteca para pagar dívidas, a maior parte correspondendo à aquisição de obras antigas e raras.

Certamente que não se repetiu na história o gesto magnânimo de Catarina II da Rússia quando, em 1765, ao saber que Denis Diderot (1713-1784) punha a sua biblioteca à venda por 15 mil libras para pagar dívidas, deu ordem ao seu Embaixador em Paris para que a adquirisse por 16 mil, deixando a biblioteca com o proprietário em regime de usufruto por um período de 50 anos! (Jean Cars, *La Saga des Romanov. De Pierre Le Grand à Nicolas II*. Paris, Plon, 2008). Em 1773 Denis Diderot, com cerca de 60 anos de idade e doente, decidiu fazer a longa e tormentosa viagem por terra até São Petersburgo para agradecer, pessoalmente, a dádiva da Imperatriz da Rússia. Saiu de Paris a 11 de Julho e chegou àquela cidade russa a 8 de Outubro. Bem recebido pela soberana interessada em tudo o que dizia respeito às Luzes, numa altura em que lançava projectos de reformas no sentido da ocidentalização do seu enorme reino, Denis Diderot apresentou-lhe 65 memorandos, uns mais simples sob a forma de notas curtas mas outros sob a forma de artigos longos sobre os mais variados aspectos da vida russa destinados a orientarem as conversações que teriam (Denis Diderot, *Mémoires pour Catherine II*. Paris, Garnier, edição de 1966). Deixou São Petersburgo a 5 de Março de 1774 de regresso à França. Falecendo em Paris, dez anos depois, a 31 de Julho.

### **III. Apontamentos sobre as Bíblias, a Liturgia Sueca e outras obras das colecções de Frei Manuel do Cenáculo na correspondência com Frei Plácido Barroco**

Frei Manuel do Cenáculo encontrava nas “Divinas Escrituras o verdadeiro espírito das virtudes cristãs”. Por isso tinha nas suas colecções “copiosíssima” quantidade de “Bíblias manuscritas e impressas”. (Excertos do Elogio feito por Trigozo d’Aragão Morato).

A minha curiosidade pela Bíblia de Mogúncia e por Frei Manuel do Cenáculo levou-me a procurar informações acerca de outras bíblias por ele referidas nas suas cartas para Frei Plácido Barroco e em róis de livros raros: Ximenes, Ferrara, Bomberg e Sixtina, e ainda a Liturgia Sueca. Sobre elas limitar-me-ei a algumas notas breves. Por acréscimo debrucei-me não somente sobre as duas fontes

citadas por Frei Manuel do Cenáculo – as bibliografias de livros antigos de David Clément e de Guillaume-François De Bure, le Jeune – mas também sobre outras de interesse.

Deixo a Sacra Latina. *In civitate Maguntij: per Iohannem Fust et Petrum Schoefferin vigila assumptionis Mariae*, 1462, em 2 volumes, para lugar à parte.

A Bíblia Poliglota de Ximenes ou de Alcalá, dita mais simplesmente a *Complutense*, foi elaborada em Alcalá (em latim *Complutensis*) de Henares, com o título *Novum testamentu grece & latine in academia complutensi nouiter impressum*, por ordem do Cardeal Francisco Jiménez de Cisneros (1436-1517), fundador da Universidade de Alcalá. Jiménez ou Ximenes Cisneros, que se tornou franciscano aos 48 anos de idade e reformador da Ordem, foi uma personalidade de vulto que ocupou cargos importantes: confessor de Isabel a Católica, Grande Inquisidor, Regente do Reino, participante em cruzadas no Norte de África e contra os reinos mouros no que viria a ser a Espanha, etc. A *Complutense*, elaborada entre 1502 e 1517, citada muitas vezes com a data de “1514-1517”, admite-se que terá sido publicada depois de Março de 1520, com base na data do privilégio papal de Leão X. Constituem-na seis volumes com textos do Velho Testamento em hebreu, grego e latim, e do Novo Testamento em grego e latim, contendo ainda o Targum caldeu do Pentateuco e uma tradução latina do Velho Testamento grego. O último volume é um dicionário de hebreu e caldeu, uma gramática de hebreu e um dicionário grego. Parece que só foram feitos cerca de 600 exemplares, dos quais se conhecem hoje pouco mais de 120. Marcel Bataillon considerou-a como “*gloire d’Alcala dans les annales de l’humanisme, (...) une des oeuvres les plus imposantes qu’ait réalisées alors la science des philologues servie par l’art des imprimeurs*” (M. Bataillon, *Érasme et l’Espagne. Recherches sur l’histoire spirituel du XVe. Siècle*, 1937, com reedições posteriores). Também J.V. de Pina Martins na Introdução de *Livros Quinhentistas Espanhóis...* referiu-se a ela nos seguintes termos: “...como esquecer essa obra-prima incomparável que é a *Bíblia Poliglota complutense de 1514-1517?*” A *Complutense* teve grande influência noutras Bíblias. Como já ficou dito, ainda que citada nas cartas de Frei Manuel do Cenáculo de 1795 e 1796 e em róis de livros, está em falta (isto é, desaparecida) nas colecções da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa.

A propósito de Bíblias políglotas não posso deixar de registar que Frei Manuel do Cenáculo possuía outras, mencionadas em alguns róis de livros enviados ao

cuidado de Frei Plácido Barroco, de que cito algumas. A do franciscano francês Nicolai de Lyra (ca. 1270-1340), *Biblia Latina cum Postillis Nicolai de Lyra*, impressa em 1487, numa outra edição acrescido o título de *et additionibus Paul Burgensis*, 1497. A de Agostino Justiniano (ou Justiniani), bispo de Nebbio na Córsega, impressa em Génova em 1516, com dedicatória ao Papa Leão X – *Psalterium, Hebraicum, Graecum, Arabicum, et Chaldeum, cum tribus Latinis Interpretationibus et Glossis*. Texto em oito colunas, consoante as línguas, e muitos comentários. É interessante que no 19.º Salmo, v. 4, Justiniano inseriu curiosos apontamentos sobre a vida de Colombo, a descoberta do continente americano, os seus habitantes, particularmente as mulheres, e a informação que Colombo se vangloriava de ter sido indicado por Deus para levar “as suas palavras até ao fim do mundo”, uma alusão a palavras do profeta David. A Bíblia poliglota de Brian Walton (1600-1661), em colunas de nove línguas, *Biblia Sacra Polyglota textus Originalis, Hebraicum, cum Pentateucho Samaritano, Chaldaicum, Graecum: Versionum que antiquarium, Samaritanae, Graece LXXXII interp. Chaldaicae, Syriacae, Arabicae, Aethiopicae, Persicae, Vulg. Lat.; Quicquid comparari poterat...*, 1654-1657, 6 volumes, e mais dois em 1669, *Lexicon Orientale* por Edmund Casteli. E a muito controversa *Septuaginta* ou *LXX*, versão da Bíblia hebraica em grego koiné feita entre o III.s e o I.s séculos a.C. Em tempos de Manuel do Cenáculo existiam pelo menos três edições impressas – a Aldina, Veneza, 1518; a Romana ou Sistina, 1586; e a de Oxford, 1707 a 1720.

Sobre a de Nicolai de Lyra, com muitos comentários, diz-se que Lutero terá considerado que sem ela não se compreenderia nem o Velho nem o Novo Testamento. Em muitas páginas o texto foi impresso em duas colunas com letras do tipo gótico rodeadas pelos comentários também em letra gótica mas de tamanho mais pequeno. Interessante acrescentar que, pelo menos do quarto volume, o impressor foi Anton Koberger, de Nuremberga, padrinho de Albrecht Durer. A de Brian Walton, também dita Bíblia de Londres, contém uma tábua cronológica de eventos bíblicos, um mapa de territórios bíblicos (Israel/Palestina e arredores) e cinco figuras com planos e imagens do templo de Salomão. Diz-se que o projecto teve apoio de subscrições liberais e que Oliver Cromwell, Lorde Protector da Inglaterra, da Escócia e da Irlanda (1653-1658), se interessou por ela. Mas o seu nome, que figurava no prefácio original, foi retirado após a restauração da monarquia. Quanto à *Septuaginta*, fonte de muita controvérsia, há quem

advirta que, na verdade, não existe “uma Septuaginta”. Karen H. Jobes e Moisés Silva, dois estudiosos da Septuaginta, em duas ocasiões do seu livro *Invitation to Septuagint*, Grand Rapids, Baker Academy, 2000, relevaram a fragilidade e a ambiguidade que cercam o assunto e que têm alimentado muita controvérsia. Depois de uma Introdução, “Porquê estudar a Septuaginta?”, no livro seguem-se três partes: A história da Septuaginta; A Septuaginta nos estudos bíblicos; e O estado actual dos estudos septuaginticos.

Retomando às Bíblias ligadas à *Moguntina* nas cartas de Frei Manuel do Cenáculo para Frei Plácido Barroco, a Bíblia de Ferrara é uma versão da Torá em ladino, publicada em 1553, sendo editores Abraham Ben Salomon Usque (o judeu português Duarte Pinhel, tradutor) e Yom-Tob Ben Levi Athias (o judeu espanhol Jerónimo Vargas, tipógrafo): *Biblia en Lengua Española Traduzida Palabra por Palabra dela Verdad Hebrayca por Muy Excelentes Letrados, Vista y Examinada por el Officio dela Inquisicion. Con Privilegio del Yllustrissimo Señor Duque de Ferrara* (1553). Também está em falta na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa. Ela teve dois exemplares com dedicatórias diferentes: um a Ercole II d’Este, Duque de Ferrara, pelos privilégios concedidos à “nação” judaica, portuguesa e espanhola, concentrada em Ferrara (Aron di Leone Lioni, “The Pronuntiation of Hebrew in the Western Sephardic Settlements, XVIth-XXth centuries. First Part: Early Modern Venice and Ferrara”, *Sefarad. Revista de Estudios Hebraicos, Sefardies y de Oriente Próximo*, 2006, 66 (1), pp. 89-142), e o outro a Dona Grácia Nasi.

Muito se tem escrito sobre esta senhora, quer em obras de carácter histórico quer em obras ficcionadas. As notas que se seguem, simples notas avulsas, foram retiradas, fundamentalmente, de leituras feitas em <https://cryptojews.com/>; Cecil Roth, *Dona Gracia Nasi*. Paris, Éd. Liana Levi, 1990; Andrée Aelion Brooks, *The Woman who Defied Kings: the life and times of Dona Gracia Nasi, a Jewish leader during the Renaissance*. St. Paul, Minnesota, 2002; e Esther Mucznik, *Grácia Nasi. A judia portuguesa do século XVI que desafiou o seu próprio destino*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010. Ela foi uma heroína do judaísmo no seu tempo, ainda hoje recordada.

Dona Grácia Nasi, originalmente *Hannah* em hebreu, Beatrice ou Beatriz de Luna de seu nome cristianizado (Lisboa, 1510 – Constantinopla, 1569), nasceu de uma venerável família de cristãos-novos. O seu irmão Samuel Nasi, com o nome de Agostinho Miguez ou Micas, foi médico da Corte e professor de Medicina.

Aos 18 anos de idade Grácia casou com Francisco Mendes (originalmente Benveniste) de uma família de banqueiros de reputação internacional. Por morte do marido em 1538 ela herdou os seus bens e por vários motivos decidiu trocar Lisboa por Antuérpia, passando por Londres, acompanhada pela sua filha Brianda ou Reyna de seis anos de idade, uma irmã também chamada Brianda ou Reyna e dois sobrinhos João Miguez ou Micas, futuramente Joseph Nasi, e Samuel. A escolha de Antuérpia deveu-se ao facto de aí viver um cunhado, Diogo Mendes, igualmente banqueiro próspero, que morreu em 1542. Deste modo Dona Grácia ficou senhora de um império financeiro e comercial colossal que a colocou em condições de negociar com Reis e Papas (por exemplo, Henrique II de França, Henrique VIII de Inglaterra, o Imperador Carlos V – Carlos I de Espanha, Maria de Áustria Regente dos Países Baixos, os Papas Paulo III e Paulo IV, e Solimão o Magnífico), que ela utilizou para proteger cripto-judeus e contribuir com dinheiro para libertar reféns. Nas suas actividades teve sempre a ajuda do sobrinho Joseph que, muito mais tarde, se tornaria uma figura importante do mundo financeiro e no da diplomacia, com papel de relevo no Império Otomano.

Em 1544, para não ter de aceitar uma proposta de casamento da sua filha de cerca de 14 anos com o ancião católico D. Francisco de Aragão apoiado pelo Imperador Carlos V e pela sua irmã Maria de Hungria a Regente dos Países Baixos, decidiu trocar Antuérpia por Veneza, acompanhada pela irmã, pela filha e por uma sobrinha. Depois de algum tempo de vida calma na cidade dos doges Dona Grácia, por uma traição da irmã enamorada por um jovem veneziano e desejosa de ter também o controlo da fortuna da família, viu-se denunciada como judia que tinha renegado a religião cristã e aprisionada. A prisão de Dona Grácia, uma das mulheres mais ricas da época, senhora de uma frota comercial importante teve reflexos internacionais importantes não só na Europa mas também no Império otomano. As autoridades venezianas acabaram por libertá-la, dando-lhe um mês para sair da cidade. Reconciliada com a irmã, podendo ir para Constantinopla, pois que o sultão a receberia de braços abertos, preferiu aceitar o acolhimento oferecido pela cidade de Ferrara governada pela casa d'Este.

Na Ferrara de 1550 onde as comunidades judaicas viviam em paz e havia numerosas sinagogas Dona Grácia Mendes pode recuperar a sua identidade judia e o nome de Nasi. A par da gestão dos seus negócios dedicou-se a melhorar as condições de vida dos seus compatriotas, a investir na sua educação, sobretudo

de mulheres jovens, a patrocinar a publicação de textos em hebreu, espanhol e português para benefício das comunidades de marranos de forma a redescobrirem o judaísmo ortodoxo. Muito bem relacionada com os intelectuais judeus, promovendo a publicação da Bíblia de Ferrara e de outros textos, não admira que um dos exemplares da Bíblia lhe tivesse dedicado.

Samuel Usque na sua *Consolação às Tribulações de Israel* (Ferrara, 1553), obra composta por três diálogos, não deixou de a louvar veementemente quando a dedicou “À Illustríssima Senhora Dona Gracia Nassi”. É impossível passar em frente sem fazer uma referência a esta obra da literatura clássica portuguesa importante muito ligada à Bíblia pelo aprofundamento da sua funcionalidade textual que, por sua vez, reflecte a história cultural europeia da época e a relação estabelecida entre o judaísmo e o cristianismo no século XVI, de que a Fundação Calouste Gulbenkian publicou o volume em 1989 com estudos introdutórios de Iosef Haym Yerushalmi e José V. de Pina Martins. Dos três diálogos, o primeiro gira em torno das coisas da sagrada escritura, em suma a história judaica na parte bíblica; o segundo da reedificação da segunda Casa (o Templo de Jerusalém) e todo o seu sucesso até ser destruída por Tito e a consolação de tal perda na reedificação posterior; o terceiro desde a perda da segunda Casa destruída pelos romanos, quantas tribulações padeceu Israel até aos dias do autor e ao pé de todas as profecias que nelas se hão cumprido e ultimamente a sua consolação assim como humana e como divina, isto é, as vicissitudes do povo hebreu durante a Idade Média até aos dias do escritor.

Em Agosto de 1552 Dona Grácia Nasi decidiu fazer a longa viagem até Constantinopla acompanhada pela filha e numerosa comitiva. Aí chegou no primeiro trimestre de 1553 sendo bem recebida pelo Sultão que a tinha como representante de um dos maiores impérios financeiros da Europa com investimentos avultados no comércio da seda, da lã, das especiarias, das gemas e de muitas outras coisas valiosas que permitiam ao Império Otomano, principalmente à Turquia, conservar a sua posição estratégica como potência económica e militar.

Desde a tomada de Constantinopla pelos conquistadores turcos em 1453 refugiados judeus de toda a Europa afluíram para aí atraídos pelo tratamento liberal que lhes era dado pelo Sultão. Dizem que quando o Sultão Bayazid ou Bajazet II soube da expulsão dos judeus de Espanha ele terá observado: “Poderá chamar-se a esse Rei sábio e inteligente? Ele está a empobrecer o seu País e a enriquecer o

meu!” Hans Dernschwam, um agente da casa bancária dos Fugger, em *Tagebuch einer Reise nach Konstantinopel und Kleinasien (1553-1555)*, documento dos Arquivos Fugger (citado por Cecil Roth, 1990), fez um relato minucioso sobre os judeus na Turquia que vale a pena recordar. Em todas as cidades turcas havia inúmeros judeus de muitos países e línguas. Cada grupo mantinha-se unido de acordo com a sua língua – falava-se alemão, italiano, espanhol, português, francês, checo, polaco, grego, turco, siríaco, caldeu e outras mais. Cada um usava vestuário de acordo com a língua que falava. Em Constantinopla eram tantos os judeus (o autor usou a expressão ‘formigueiro humano’) que eles próprios achavam demais. Viviam sobretudo nas partes mais baixas da cidade, junto do mar. Os mais idosos e que tinham algum dinheiro iam à Terra Santa, até Jerusalém, e esperavam que viria o dia em que todos os judeus voltariam para a sua terra. Todos os cristãos-novos de países europeus que procuravam refúgio na Turquia voltavam à sua identidade e religião. Os judeus de Constantinopla tinham impressoras e imprimiam muitos livros raros. Havia os que eram ourives, lapidadores, pintores, alfaiates, talhantes, droguistas, médicos, cirurgiões, tecelões, barbeiros, fazedores de espelhos, tintureiros, trabalhadores da seda, lavadores de ouro, refinadores de minérios, gravadores, etc. Proíbiam a mendicância entre eles. Havia os que iam de casa em casa solicitar contribuições que seriam distribuídas pelos mais pobres e também pelos hospitais.

Na Turquia Dona Grácia Nasi continuou a gerir o seu império comercial e financeiro e a apoiar tudo quanto estivesse relacionado com as comunidades judaicas quer no Império Otomano quer na Europa. Financiou a construção de sinagogas, de hospitais e escolas. Juntamente com o seu sobrinho e genro Joseph Nasi, pois que este casara com Reyna, lançou-se em projectos arrojados de estabelecimento de colonatos judeus auto-suficientes em Tiberíades, na Terra Santa. Para isso, graças à posição de relevo que Joseph Nasi tinha junto do Sultão Selim, que o faria Duque de Naxos e do arquipélago circunvizinho, houve que obter a concessão daquela área – cidade em ruínas e sete aldeias à sua volta –, a troco de avultada quantia em dinheiro. Infelizmente o projecto de colonatos teve vida curta. Sabe-se pouco sobre os últimos anos de vida de Dona Grácia Nasi, falecida no seu palácio sobre o Bósforo no Verão de 1569.

A propósito da intervenção de Dona Grácia Nasi na produção da Bíblia de Ferrara ocorre recordar que não foi a única mulher judia a tomar lugar de relevo

na impressão de livros. Antes dela é conhecido o caso de Estelina, mulher de Abraham Conat que em Mântua dos Gonzaga, em meados do século xv, produziu *Behinat ha-'Olam* do filósofo, poeta e médico Jedaiah ben Abraham Bedersi (c.1280-c.1340), um poema didáctico escrito depois do banimento dos judeus de França (1306) com reflexões sobre a construção do mundo e a sua evolução. E depois de Dona Grácia Nasi o caso mais paradigmático é o da sua filha Reyna que em 1592 estabeleceu uma impressora na sua residência palaciana de Belveder em Ortakoy (Constantinopla, Turquia) onde foram impressos o *Torat Moshe* (c.1593-1595), um comentário do Pentateuco por Moshe Alsheikh (c.1508-1594), residente na Alta Galileia, em que defendia que nenhum acordo de contrato social podia substituir as leis da Torá porque esta ensinava as leis divinas para os assuntos humanos, e o *Iggeret Shmuel* (1597) de Shmuel de Uzeda, comentários do Livro de Ruthe. Reyna Nasi, Duquesa de Naxos, após a morte do seu marido em 1579 cuidou da conservação da biblioteca que ele organizara, pondo-a à disposição de estudiosos. Sobreviveu por cerca de vinte anos a Joseph.

A Bíblia de Bomberg ou Rabínica (*Mikra'ot Gedolot*) ligada a Daniel Bomberg (?- 1549), um homem rico de Antuérpia que obteve o privilégio de publicar livros hebreus em Veneza, tendo em conta o interesse crescente pela língua hebraica e pela Bíblia entre os cristãos ilustrados. Aí fez imprimir a primeira Bíblia Rabínica em 1516-1517, em 4 volumes. O Papa Leão X deu-lhe o *imprimatur* e Felix Pratensis, um monge nascido judeu, foi o editor. Cada página tem quatro colunas, contendo as interiores, o texto bíblico e a tradução aramaica, *Targum Onkelos*; as exteriores têm comentários de Rashi e ibn Ezra. Por cima e por baixo das colunas interiores está o *Masorah Magna* e o espaço entre estas duas colunas o *Masorah Parva*. Como a primeira edição não foi bem recebida pelas comunidades judaicas, Daniel Bomberg publicou uma outra em 1524-1525, em 4 volumes, com impressores judeus pios sob a supervisão do muito considerado Rabino Jacob ben Hayim ou Chayyim. Tendo merecido a aprovação quer da comunidade judaica quer da cristã teve novas edições em 1547-1549 e em 1568, sendo esta impressa na tipografia do veneziano Giovanni di Gara. O texto revisto por ben Chayyim tornou-se o *textus receptus* básico para os judeus e o fundamento de todas as edições impressas até 1936. Esta Bíblia também está em falta nas colecções da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa.

A Bíblia Espanhola de 1569, *La Biblia que es los Sacros Libros del Viejo y Nuevo Testamento, Tradladada en Espanol* feita pelos monges Casiodoro de Reyna (c.1520-1594) e Cipriano de Valera (1532-1602) – por isso esta Bíblia também é dita de Reyna-Valera – é a tradução directa de textos bíblicos em grego, hebraico e aramaico. Os dois monges Jerónimos tiveram de se exilar do Convento de San Isidro del Campo para fugirem à Inquisição, dadas as suas ideias favoráveis a Lutero e a Calvino.

Na correspondência de Frei Manuel do Cenáculo aparece a Bíblia Sixtina. Referia-se à Bíblia rescrita pelo Papa Sixto V em 1587, com primeira edição em 1592. Sobre esta Bíblia vale a pena recordar alguns factos relacionados com a sua elaboração. Quando os padres conciliares trentinos decidiram que se fizesse uma revisão da Vulgata de São Jerónimo, não se deram conta da magnitude da empresa. Sucederam-se onze Papas sem nada ter sido feito. Sixto V (nascido Felice Peretti di Montalto em 1520) tomou isso como um dos objectivos do seu papado (1585-1590) e nomeou um grupo de especialistas que ao fim de três anos de trabalho lhe apresentou um texto, o qual mereceu a sua crítica e desaprovação. Por uma Bula decidiu que o Papa era a única pessoa apropriada para definir uma Bíblia autêntica para a Igreja católica. E assim o fez em dezoito meses, com a ajuda de um único secretário. O primeiro exemplar apareceu em 1590 com muitos erros de interpretação dos textos antigos e gralhas tipográficas que ele foi corrigindo ao longo de seis meses. A sua Bula *Aeternus ille* tem sido considerada um dos documentos mais autoritários da Igreja: “Na plenitude do nosso poder apostólico, decretamos e declaramos esta edição (...) aprovada pela autoridade que o Senhor nos conferiu, que seja recebida e tida como verdadeira e indiscutível em todas as discussões, leituras, prédicas e elucidações públicas e privadas”. Sixto V morreu a 27 de Agosto de 1590 de malária e deixou os Papas seguintes (Urbano VII, Gregório XIV e Inocência IX, que tiveram papados de 13 dias, 10 meses e 2 meses, respectivamente) a braços com o problema de uma Bíblia muito criticada, indesejada, que alguns cardeais aconselhavam que fosse proibida, mas que nenhum Papa se abalçou a tomar tal decisão para não macular a memória do seu antecessor, o mesmo é que dizer a imagem da Igreja. Finalmente, a 9 de Novembro de 1592, com o assentimento do Papa Clemente VIII (1592-1605) dado na Bula *Cum Sacrorum*, saiu uma edição revista, com um prefácio do Cardeal Belarmino mas conservado o nome de Sixto V – *Biblia Sacra Vulgate Editionis, Sixti V Pontificis Max. Jussu Recognita, et Clementis VIII. Auctoritate edita; Versiculis*

*Distincta...*, – vulgarmente dita *Vulgata Sixto-Clementina*, usada até 1979 quando foi substituída pela *Nova Vulgata*. Em 1965, no final do Concílio Vaticano II, o Papa Paulo VI nomeou uma comissão para a revisão da Vulgata que tivesse em conta os estudos textuais e linguísticos modernos, mantendo o latim. A revisão ficou concluída em 1975 e foi promulgada em 1979 pelo Papa João Paulo II.

Ainda acerca da Bíblia Sixto-Clementina Thomas James (15737-1629) em *Bel-lum papale, sive, Concordia discors Sixti Quinti et Clementis Octavi, circa Hyeronymianam Editionem pretera, in quibusdam locis grauioribus habetur comparatio utriúsqe editionis...* (1600) apontou numerosas adições, omissões, contradições e outras diferenças (cerca de 2000) entre a *Sixtina* e a *Clementina* apresentando-as, pormenorizadamente, em cinco grupos: coisas omitidas na *Sixtina* e incluídas na *Clementina*; factos ou palavras introduzidas na *Sixtina* mas omitidas na *Clementina*; contradições ou diferenças entre as duas; diferenças em números, e outras notáveis diferenças. Muitos outros estudiosos da Bíblia criticaram a Sixto-Clementina. Na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa existem várias edições.

Relativamente à Liturgia Sueca trata-se de *Liturgia Suecannae Catholicae & Orthodoxae conformis cum Praefatione Laurenti, Archiepiscopi Upsalensis. Opus conscriptum suecicé & latine* (Estocolmo, 1576) surgida num período conturbado da história da Suécia e dos outros Estados escandinavos. Pelo Tratado de Stettia João III da Suécia (reinado entre 1568 e 1592) conseguiu subtrair o seu País do domínio dinamarquês e entre várias medidas procurou restabelecer o culto católico romano, sem contudo cortar de todo com o protestantismo ainda dominante. Daí ter sido elaborada a Liturgia. Durou poucos anos porque a Suécia voltou a ser nitidamente protestante e os exemplares da Liturgia foram recolhidos e queimados. De tal modo que na Suécia é um livro raro. Existe um exemplar na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa.

Frei Manuel do Cenáculo juntou-lhe “seg. de Bure”, o que corresponde à obra monumental de Guillaume François De Bure ou Debure (1731-1782), *Bibliographie Instructive ou Traité de la Connoissance des Livres Rares et Singuliers contenant un Catalogue raisonné de la plus grande partie de ses Livres précieux, qui ont paru successiveneent dans le République des Lettres, depuis l’invention de l’Imprimerie...* Paris, 12 volumes, os primeiros 9 de 1763 a 1769 e o décimo e o décimo primeiro em 1769 e 1782, ano da morte de De Bure, a que se segue o décimo segundo: vol. I, Teologia (1763), aqui a Bíblia de Mazarino é identificada com a de Gutenberg e a

Liturgia sueca é apresentada com pormenores; vol. 2, Jurisprudência, Ciências e Artes (1764), com uma carta dirigida a “M..., servindo de resposta a uma crítica da Bibliografia instructiva” e com um “Apelo aos sábios e às gentes de letras sobre a Bibliografia instructiva”; vols. 3 e 4, Belles Lettres (1765); vols. 5 e 6, Catálogo dos livros da Biblioteca de M.I.D.D.L.V. (La Vallière), ambos em 1767; vols. 7, 8 e 9, História (1768); vol. 10 e 11, Suplemento à Bibliografia Instrutiva ou Catálogo dos livros do falecido M. Louis Jean Gaignat (1769, manuscritos); e vol. 12 *Contenant une Table destinée a faciliter la recherche des Livres Anonymes qui ont été annoncés par M. De Bure le jeune, dans sa Bibliographie Instructive; à suppléer à tout ce qui a été omis dans les Tables & faisant suite au Catalogue de Gaignat. Précédée d'un Discours sur la Science bibliographique & sur les devoirs du Bibliographe; & accompagnée de courtes Notes, servant de correctif à différens articles de la Bibliographie, & d'additions à quelques-uns de ceux dans lesquels les noms des Auteurs anonymes n'avoient pas été dévoilés*. Aliás, este subtítulo, de forma mais reduzida, já aparece no vol. 8. A obra existe na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa.

Guillaume-François De Bure tratou de outras bibliotecas importantes, como a do Cardeal Mazarino e a do Duque de La Vallière. Antes da *Bibliographie instructive* publicara *Muséum Typographicum seu collectio in quaferè librorum in quavis facultate ac lingua rariorum, rariossimorum notatu que dignissimi accuratè recensentur*. Paris, 1755, obra raríssima. A sua Bibliografia Instrutiva (1763-1769) tem sido vista como a transição do *Advis pour dresser une bibliothèque* (1.<sup>a</sup> edição em 1627, 164 p.) de Gabriel Naudé (1600-1653), o primeiro manual de biblioteconomia francês e mundial, para o mundo dos livros raros. Em tempos recentes a obra de Gabriel Naudé tem sido referida como “um dos actos de nascimento da modernidade (...), o programa de uma verdadeira emancipação da cultura” (R. Damien, *Bibliothèque et Etat: naissance d'une raison politique dans la France du XVIIe. siècle*. Paris, PUF, 1995). Gabriel Naudé teve a responsabilidade da organização de várias bibliotecas importantes como as dos cardeais Richelieu e Mazarino.

Ainda que não tenha encontrado qualquer referência específica a Gabriel Naudé nas cartas de Frei Manuel do Cenáculo a Frei Plácido Barroco é interessante mencionar a confluência de pontos de vista quanto à importância dada às bibliotecas. A frase de Naudé, defensor da biblioteca pública e universal, «*La bibliothèque est le lieu de l'exercice public de la raison*», assenta perfeitamente em Frei Manuel do Cenáculo a quem alguém já chamou de “fazedor de bibliotecas”.

Gabriel Naudé, viajando pela Europa durante dez anos, informou-se sobre o que se passava em muitos países. Era um intelectual (estudou literatura e filosofia, e depois medicina), comprometido em abrir bibliotecas com a finalidade de incentivar o desenvolvimento de uma comunidade de gente ilustrada, com espírito crítico, capaz de minorar os prejuízos de que os homens tinham sido vítimas durante as guerras da religião. Pela primeira vez foi projectada na história das bibliotecas a organização dos livros com base em critérios universais por meio de catálogos, arrumadas as espécies por assunto ou tema, por autor, em ordem cronológica. Numa maneira sintética Gabriel Naudé propôs a criação de bibliotecas abertas ao público, em horários a estabelecer, com bibliotecários profissionais capazes da elaboração de instrumentos de controlo e ordenação postos à disposição da cultura e da ciência; técnicas de descrição bibliográfica; ordenação dos fundos por matérias, dando preferência ao conteúdo dos livros e não à sua aparência exterior, uma ideia já proposta por Leibniz quando foi bibliotecário; a existência de instalações apropriadas, quer do edifício, quer do conteúdo em móveis, a sua disposição, o aproveitamento de espaços iluminados por luz natural, etc.; a necessidade de dotar as bibliotecas de verbas para a aquisição de livros. A obra de Gabriel Naudé teve influências muito importantes.

Ora bem, quando se lê de Frei Manuel do Cenáculo o “Projecto para criar uma Biblioteca da Real Mesa Censória”, datado de 4 de Julho de 1773 (Biblioteca Pública de Évora, Cod. CXXVIII 2-5, fls. 322-323) encontram-se as normas enunciadas por Gabriel Naudé: “Faz-se indispensável para a Biblioteca uma Casa vasta, bem proporcionada, capaz de muitos mil volumes, sendo regulada pelas Bibliotecas Públicas da Europa, em algumas das quais há cem, duzentos, trezentos mil, e mais volumes, e Casa que seja disposta para uma aquisição, que ainda sendo ora frequente, ora lenta, contudo há-de ser perpétua e ilimitada”. Depois deste intróito vem a descrição pormenorizada sobre a construção da Casa e as suas divisões mais importantes: o átrio bem decorado; os armazéns não só para a arrecadação de livros e outros materiais, mas também para que aí pudessem trabalhar os encadernadores; até seis gabinetes destinados a “Ministros” que desejassem consultar documentos; uma sala pública para os particulares, sob a vigilância “dos bibliotecários e dos guardas”; gabinetes destinados aos “amanuenses e copistas”; uma sala onde o “Bibliotecário Maior pudesse ter o seu

bufete” e fazer “conferências do estado da Biblioteca” e o que mais lhe dissesse respeito; uma sala “separada e cómoda” para que nela os bibliotecários pudessem preparar a arrumação dos livros antes de passarem para as estantes, “para ajustar os jogos, combinar as edições e coisas semelhantes da lida habitual”; uma sala digna para “a variedade de globos, mapas, cartas geográficas, roteiros e curiosidades relativas à Geografia, umas em armários e outras nas paredes”; duas salas ou antes uma galeria “para monetário, desenhos, estampas de diversos assuntos e pinturas, principalmente de sujeitos Mestres” o que “ornato essencial de uma Biblioteca”; duas salas, uma das quais para “livros de variedade e de maior cautela e ainda esta com sua divisão para secretos, e a outra para “coleções de manuscritos”, devendo prever-se dimensões para uma e para a outra de modo a serem “capazes de recolherem milhares de volumes e de códices cujo descobrimento” não era “impraticável e de receberem os manuscritos com a distribuição das línguas e das matérias”; ainda a previsão de duas ou quatro salas para que nelas se acomodassem “os livros particulares e manuscritos e os outros ornamentos da Biblioteca” que fossem “acrescendo, depois de estarem cheias as outras Casas e Museus”. “A distribuição dos livros pelas suas faculdades e matérias” devia ajustar-se “á formatura da Casa e esta ao terreno”. No seu projecto Frei Manuel do Cenáculo não esqueceu sequer “um certo número de retretes”, ordenadas do seguinte modo: “1.º para as comodidades essências do homem; 2.º para os acidentes dos bibliotecários, que uma grande parte de tempo hão-de residir na Biblioteca; 3.º para haver pronto quanto pertence ao serviço e asseio da mesma Biblioteca, como tinta, areia, papel, obreias” (pasta delgada de massa para colar papéis, fechar cartas e fazer hóstias), “penas, espanadores, escovas”.

No mesmo códice da Biblioteca Pública de Évora, sem data, fls. 56-63, com uma relação de ocorrências relacionadas com a administração da Província da Ordem Terceira da Penitência entre os anos de 1768 e 1777 estão registados aspectos importantes sobre a recuperação e aumento do Convento de Jesus em Lisboa. Limito-me a transcrever alguns excertos relacionados com a Livraria dos frades porque outros farão parte de um trabalho que preparo sobre a reconstrução do Convento e da sua Igreja fortemente abalados pelo terramoto de 1755. Não havia “Casa de Livraria achando-se os livros a monte fechados em diversas paragens (...) Como não havia Livraria fez-se uma grande Casa” (um salão) “com

destinação de servir ao público, para o que se lhe fêz escada e paredes de cantaria fechada para a rua. Tem cento e cinquenta palmos de comprido, sessenta de largo, com trinta e cinco até ao ponto. É cingida por um lado de gabinetes em baixo e em cima de galeria destinada para museu, como também a outra casa que em cima da segunda ante-galeria abrange toda a largura da Biblioteca. Debaixo desta se fez um celeiro muito capaz e casas para o despejo da Livraria com armazéns para alugar e compensar com o rendimento da cerca o desmancho das casas que nela havia. Não há perigo de fogo pelas excelentes abóbadas”.

Outra fonte bibliográfica referida por Frei Manuel do Cenáculo como “Bibliot. Curieuse de Clément” (carta de 7 de Agosto de 1795) corresponde à *Bibliothèque Curieuse Historique et Critique ou Raisonné de Livres Difficiles a Trouver*, 1750-1760, 9 volumes, de David Clément (1701-1760), na qual colaborou Francisco Xavier de Oliveira (1702-1783), o “Cavaleiro de Oliveira”, com informações sobre autores portugueses. Dedicada à Duquesa Elisabeth Sophie Marie de Brunswick, possuidora de uma Biblioteca valiosa incluindo uma colecção de Livros Sagrados, a obra de David Clément foi elogiada por revistas e bibliografias, e dela Guillaume-François De Bure escreveu que continha “um certo número de artigos raros, apresentados sabiamente e discutidos com inteligência e erudição (...); se esta obra tivesse sido acabada seria de uma grande utilidade para as pessoas já instruídas” nos assuntos de livros antigos. No longo Prefácio David Clément, depois de sublinhar como era difícil encontrar livros raros, “*en fait la rareté*”, chamava a atenção para o facto de “*l’on trouvera facilement un Livre aujourd’hui qui sera rare dans vingt ans*”. Depois, como um dicionário, começou pelas letras “Aa” e seguintes. Apresentou a seguinte classificação: I. Livros ou edições cuja raridade é necessária; II. Livros cuja raridade é contingente; III. Edições cuja raridade é contingente; e IV. Diversos géneros de raridade. Em II é interessante recordar as suas informações a respeito das Academias, tomado o termo no seu sentido mais amplo, no ponto destinado a “Livros que apenas interessam a poucas pessoas”: “também não são do gosto de toda a gente. O assunto é demasiado particular (...) Estão tão dispersos que só se encontram com dificuldade. Há muito que procurava, inutilmente, a história da Universidade de Paris, de César-Egasse du Boulay; e dificilmente encontrei a da Academia de Pádua, de Nicol. Commenus Papadopulos”, etc. A obra de David Clément existe na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa.

Ainda que não conste das cartas e róis que examinei, a propósito de Clément, recordo que também teve notoriedade a obra do jesuíta Claude Clément (1596-1643), *Musei sive Bibliothecae tam privatae, quam publicae, extractio, instructio, cura, usus libri IV accessit accurata descriptio Regiae Bibliothecae S. Laurentii Escurialis...* (1635), um manual de construção e decoração de bibliotecas, que viu as suas ideias concretizadas pelo menos na Biblioteca de Schussenried no Sul da Alemanha e na da Universidade de Évora. O autor propunha para o adorno de instituições religiosas as principais fontes da sapiência, isto é, as figuras de Cristo na cruz e da Virgem Maria. Os padres jesuítas de Évora seguiram as recomendações de Claude Clément quando, em 1708, mandaram decorar o tecto da Biblioteca da sua Universidade. Aí está a Virgem Maria sentada num trono, coroada e com o ceptro na mão direita; “duas tarjas com inscrições identificam-na como a ‘Sede da Sapiência’ e como a ‘Divina Minerva’, deusa antiga das artes e das ciências. Uma escada de seis degraus, cada um deles defendido por dois leões, leva até ao trono por trás do qual se vêm ainda seis colunas salomónicas. A Mãe de Deus, Sede de Sapiência e Trono da Sabedoria, fica assim assimilada a Salomão, o filósofo monarca do Antigo Testamento” (Luís de Moura Sobral, “Uma nota sobre ilusionismos e alegorias na pintura barroca de Salvador da Bahia”, *Varia História*, Belo Horizonte, 2008, vol. 24, n.º 40, pp. 511-522).

E, certamente, Frei Manuel do Cenáculo conheceu a obra de Pierre le Gallois, *Traité des plus belles bibliothèques de l’Europe: Des premiers Livres qui ont été faits. De l’invention de l’imprimerie, des imprimeurs. De plusieurs Livres qui ont été perdus et recouvez par le soin des Sçavants. Avec une méthode pour dresser une Bibliothèque*. Paris. 1685. O autor evoca os príncipes fundadores de bibliotecas nos tempos áureos da Renascença, entre os quais avultavam nove italianos, do precursor Frederico II da Sicília ao Cardeal Basilio Bessarion (1403-1472), passando por Cosme de Médicis e pelo Papa Nicolau V, fundador da futura Biblioteca Vaticana.

#### IV. Notas e reflexões acerca da Bíblia de Mogúncia ou Moguntina, de 1462, guardada na “Reserva Preciosa” da Academia das Ciências de Lisboa

“As palavras ouvem-se, as obras vêem-se; as palavras entram pelos ouvidos, as obras entram pelos olhos: e a nossa alma rende-se muito mais pelos olhos, que pelos ouvidos” (Padre António Vieira, *Sermão da Sexagésima*, 1655).

As palavras de J.V. de Pina Martins em *Livros Quatrocentistas...* acerca das pretensas lamentações do seu incunábulo por se sentir “exilado” na “Reserva Preciosa” da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, ouvidas “entre o sussurro de um vento lábil e o ciciar de madeiras a distenderem-se...” também se podem aplicar à Bíblia de Mogúncia condenada “a pernoitar no escuro intangível” daquela Reserva, raramente tocada por mãos de investigadores. “Que nunca o livro fique longe da tua mão e dos teus olhos” já dizia o sábio São Jerónimo, muito mais citado pela produção da Vulgata *do que* pelos seus ensinamentos de bibliofilia, do livro como artefacto e companheiro singular que só nos fala quando nos dirigimos a ele e ao abrirmos os segredos das suas páginas. Aproximo-me recordar aqui a tese de doutoramento do Cardeal brasileiro D. Paulo Evaristo Arns feita em 1952 na Sorbonne sobre a *Técnica do livro segundo São Jerónimo*, com edições em francês, em italiano e em português. Destas, as mais recentes, Rio de Janeiro, 2003 e São Paulo, 2007, são facilmente acessíveis. Voltarei a este livro mais adiante.

A *Moguntina* da Academia das Ciências de Lisboa está guardada na “Sala dos Reservados” da Biblioteca, um compartimento de cerca de 24 metros quadrados, atafalhado com estantes altas de várias prateleiras, umas encostadas às paredes até ao tecto e dois grupos a meio da sala, e um cofre de tamanho médio. Tem uma janela de portadas permanentemente fechadas (1,90 m de largura) e uma porta de acesso de madeira (1,50 de largura) tão vulgar como as de outras salas do corredor entre a Sala da Pedra e os gabinetes da Presidência e a Secretaria da Academia. Difere delas pelo facto de ter uma fechadura dita de segurança apenas com duas trancas, do tipo vulgarmente comercializado pela Casa Chaves do Areeiro mas que pode ser adquirida em qualquer loja de ferragens ou em centros comerciais, e de haver detectores de incêndio no tecto, sem haver a garantia de funcionamento. No Inverno a Sala torna-se demasiado fria e no Verão demasiado

quente; a iluminação é dada por vulgares lâmpadas fluorescentes em conjuntos fixados no tecto. Contudo os especialistas do Museu Gutenberg aconselham 90 lux de luminosidade e 50-55% de humidade como condições para a conservação dos incunábulos iluminados. Não há conhecimento de que as “preciosidades” da Sala dos Reservados, como de resto as do vasto Salão Nobre, estejam ao abrigo de seguro cobrindo os riscos de incêndio, de infiltrações de águas das chuvas e de rebentamento de canalizações, tanto mais que se trata de um edifício com vários séculos que a Academia partilha com outra instituição instalada em andar superior.

Diferentemente se passa na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro onde os dois exemplares da *Moguntina* estão guardados na Divisão de Obras Raras, em casa-forte devidamente climatizada, com alarmes sensíveis a variações de temperatura e de humidade, sistemas de alarmes em caso de incêndio, iluminação com luz suave. De quando em quando um dos exemplares é exposto ao público juntamente com outras raridades valiosas, sob cuidadas medidas de segurança contra a tentativa de roubos. Ao anoitecer e uma vez fechadas as portas da Biblioteca a *Moguntina* é a única que nunca pernoita na sala de exposições; é retornada ao seu lugar na casa-forte.

Não deixa de ser interessante referir o porquê de terem ficado os dois exemplares da *Moguntina* no Rio de Janeiro e muitas outras obras raríssimas e de grande valor como a *Gramática da Língua Portuguesa com os Mandamentos da Santa Madre Igreja* (1539), a cartilha que precede a Gramática propriamente dita de João de Barros; a primeira das duas edições de *Os Lusíadas* (1572) de Luís de Camões, obra doada em 1889-1890, num conjunto de 3.920 volumes, pelo colecionador José António Marques. Destaque para o esplendoroso *Livro de Horas* do século XIV, de D. Fernando I de Portugal, cuja iluminação é atribuída ao artista italiano Spinello Spinelli. No último trimestre de 2010 foi lançada uma edição fac-similada de apenas 250 exemplares, em parceria da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, acompanhada de um estudo sobre *A imagem e a semelhança: o Livro de Horas de D. Fernando* com reflexões sobre os livros de horas, a utilização de cores e da luz, a produção do livro, detalhes do estudo de cores ou pigmentos e das discussões em torno da aplicação de ouro ou tinta metálica na impressão. Junte-se ainda uma boa parte das colecções do bibliófilo Diogo Barbosa Machado, etc. D. João VI ao regressar a Portugal de

modo algum “ofereceu” nem “abandonou” o conteúdo da Real Biblioteca. Ela foi adquirida pelo governo do Império ao abrigo do Tratado de Paz e Aliança de 29 de Agosto de 1825 acompanhado pela Convenção Adicional ou Pecuniária pela qual aquele se comprometia a pagar 2 milhões de libras esterlinas como indemnização de bens e propriedades reais deixadas no Brasil. Entre eles estava a Real Biblioteca, avaliada em 800 contos de réis, montante correspondente na época a 250 mil libras esterlinas.

Nos “Reservados” da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa os dois volumes da *Moguntina* metidos na sua “caixa de pereiro coberta de marroquina vermelha” com ornamentações de metal dourado, dado o seu tamanho em altura (40,5 cm) estão colocados na prateleira mais baixa de uma estante, bem junto do assoalhado da sala, apertados entre uma divisória de madeira e os grossos volumes da obra de Hartmann Schedel (1440-1514), *Registrum huius operis libri cronicarum cum figuris et ymaginibus ab inicio mundi*, Nuremberga, 1490-1493, com as suas 1804 xilogravuras, belíssimas cartas geográficas e ilustrações diversas.

A identificação da *Moguntina* é a seguinte, conforme se pode ler em *Livros Quatrocentistas da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa*, 1992, com referência bibliográfica minuciosa (pp. 22-26): “Mogúncia: Johann Fust e Peter Schoeffer, in vigília assumptionis Mariae (14 de Agosto de) 1462. 2.5; 405x285 – 2 vol.: T.I. 222 fol. num., 22 fol. inum. T.II. 240 fol. inum. – S. assin. – 2 coln. – 48 I. – Car. Got – Inic. mais. impr. – Tinta preta e vermelha. – Marca tip. a vermelho”.

Na caracterização da Bíblia feita por J.V. de Pina Martins em *Livros Quatrocentistas...* faltou a análise bibliológica da obra, isto é, “o estudo do livro em geral, da sua evolução histórica, das técnicas de produção, publicação e difusão, conservação e restauro bem como aspectos relacionados com a sua consulta” (*Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, I Volume, 2001, p. 523). Antes da definição dada pelo Dicionário da Academia já António Houaiss fizera o mesmo em vários trabalhos, nomeadamente no seu *Dicionário da Língua Portuguesa* ainda que de forma mais simples: “ciência da história e da composição material do livro, em todos os seus aspectos”. Em algumas escolas norte-americanas, por analogia com um ser humano, é usado o termo de “análise anatómica do livro” pela sua “dissecação”.

Em 1927 Erwin Panofsky (1892-1968) cunharia a expressão de “forma simbólica”, é certo que tendo em conta a problemática do espaço, desde Demócrito de Abdera, Platão, Aristóteles e tantos outros até ao século XVII. Propôs o estudo das formas como sintomas que exprimem por si todo um conjunto de valores, representações do mundo, modos de pensar, que não são visíveis de imediato (E. Panofsky, *Die Perspektive als Symbolische Form*, 1927; versão portuguesa, *A Perspectiva como Forma Simbólica*. Lisboa, Edições 70, 1999), as suas ideias também se podem aplicar aos sintomas encerrados no livro mas que não são visíveis de imediato.

Em Artur Anselmo, no seu livro *Estudos de História do Livro*, Lisboa, Guimarães Editores, 1997, eu encontrei matérias de reflexão atinentes à análise bibliológica do livro. Logo no início do capítulo intitulado “Tipografia e Filologia: a edição da *Vita Christi* impressa em Lisboa (1495) por Valentim Fernandes” uma lista extensa de interrogações sobre a produção, a circulação e o consumo do livro e no final do mesmo capítulo escreveu uma frase lapidar: “...um incunábulo com as características estéticas da *Vita Christi* foi ‘construído’, peça a peça (ou ‘pedra a pedra’), com a mesma diligência, o mesmo brio, a mesma tenacidade que punham no seu trabalho os construtores das catedrais góticas. E aqueles que propõem a leitura dos signos de uma catedral são os primeiros a compreender que a tipografia seja arte de *divina proporção*: architectura, enfim”.

As interrogações de Artur Anselmo, de que eu reproduzo os tópicos, já revelam, na minha opinião, uma preocupação de análise bibliológica, para além da análise bibliográfica, sem que o autor tivesse usado aquela expressão. Assim, de sua lavra, a necessidade de conhecer: o que era um *atelier* tipográfico nos finais do século XVI; o modo de incorporação dos *scriptoria* tradicionais no mundo novo anunciado pela descoberta de Gutenberg; a quota-parte da experiência profissional de calígrafos, de copistas, de iluminadores, de *armarii*; a resolução de problemas suscitados pela passagem de um texto manuscrito à forma metálica dos caracteres; as tentativas para se encontrarem as ligas mais adequadas à fusão do metal para a fabricação de tipos, entrelinhas, sinais de chamada e material branco; o processo de justificação das linhas; os processos de impressão de páginas com umas linhas a preto e outras a vermelho; a forma de paginação de deitados; a imposição das fôrmas; a organização dos cadernos e a sua alceação; as experiências de soluções diferentes para a impressão sobre pergaminho; o fabrico das

tintas; o modo de dar tinta nas fôrmas; a revisão de provas; as emendas, antes da impressão ou durante o trabalho de tiragem; os acabamentos de um livro impresso; o número de exemplares tirados; o modo de arquivo de remanescentes; a operação de costura dos cadernos; as regras básicas para a encadernação de livros impressos. Perante tantos quesitos não há dúvidas como muitas correspondem a orientações para uma análise bibliológica ou, como preferem alguns autores, uma “dissecação anatómica” do livro, considerado análogo a um ser vivo. Naturalmente que faltarão o enquadramento cultural do autor ou do responsável pela edição no seu tempo, os modos de circulação ou difusão e de consumo das obras visto através da reacção dos leitores.

Volto à obra do Cardeal D. Paulo Evaristo Arns, *A Técnica do Livro segundo São Jerónimo*, sublinhando a forma como ele registou, com base nos ensinamentos de São Jerónimo, aspectos importantes sobre os processos de feitura, de difusão, de consumo e perseveração do texto escrito na Antiguidade tardia porque constituem excelentes bases para a análise bibliológica, acrescidos, evidentemente, dos progressos até ao século xv, da grande revolução de Gutenberg, que escolheu para primeira obra saída do seu prelo a Bíblia, o texto mais representativo da cristandade, realizado em letra gótica: o Livro dos livros, a simbologia das cate-drais góticas, a arte de *divina proporção* da tipografia.

Das poucas Bíblias arroladas em *Livros Quatrocentistas... a Moguntina* é a única com a informação de ter sido “oferecida em 1795 por Fr. Manuel do Cenáculo à livraria dos frades do convento de Santa Maria de Jesus” (J.V. de Pina Martins, p. 25). Sobre o assunto de “oferta” ou “doação” já escrevi em parte anterior. Mas estou de acordo com J.V. de Pina Martins quando acrescentou que a *Moguntina* da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa é “um exemplar esplendoroso, impresso em pergaminho”, embora “não sendo uma edição de extrema raridade”, cuja valorização é aumentada pelo facto de ser a primeira Bíblia impressa a ostentar o nome da cidade, dos responsáveis pela impressão, do ano (1462) como se pode ver no colofão em latim caligrafado com tinta de tom castanho-escuro no fim do segundo volume. A sua versão em português não anda longe de “este pequeno livro” (pequeno, em comparação com a Bíblia gigante manuscrita de Mainz) “foi feito na cidade de Mainz pela invenção engenhosa da impressão sem o trabalho de uma pena” (pena de escrever ou caneta) “e foi completamente para a glória de Deus pela diligência de Johannes Fust, cidadão, e Petrus

Schoeffer de Gernsheim, escriturário da mesma diocese, no ano de Nosso Senhor 1462 na véspera da Festa da Assumpção da Virgem Maria, 14 de Agosto”.

Abaixo dessas indicações aparece uma xilogravura com os escudos de armas dos editores. Impressa a duas colunas por página, cada uma delas com 48 linhas, daí o uso corrente de “B48” para caracterizar a *Moguntina*, distinguindo-a da “B42” que é a de Gutenberg. Está feita com caracteres góticos pequenos mas bem legíveis com iniciais manuscritas em vermelho e azul, o que foi prática corrente durante os primeiros tempos de impressão com caracteres móveis, e é considerada como a mais bela das quatro primeiras Bíblias impressas. Embora mais recente, os exemplares completos da B48 são mais raros que os da B42 ou Gutenberg.

Segundo a caracterização meramente descritiva e incompleta de J.V. de Pina Martins, que transcrevo algumas partes na íntegra, “o princípio fl.r. do primeiro volume ostenta a primeira coluna emoldurada por uma cercadura policroma iluminada admiravelmente, abraçando a coluna da parte superior à inferior através da margem da esquerda, numa decoração com desenhos florais em vermelho azul, verde, sépia ouro, branco e cinzento, filigranando um subtil folhame de minúsculos botões esboçados a preto. A grande inicial representando, no espaço quadrangular um F maiúsculo, é integrada por delicadas formas florais num fundo de ouro resplandecente. O trabalho das iniciais que se espalham por toda a obra combina vermelhos ténues com azuis marinhos ou celestes subtilizados em filigrana alvinitente com desenhos brilhantes de ouro. Em muitas iniciais, o espaço interior da letra avulta em fundo azul ou vermelho percorrido por formas lineares geométricas definindo outros espaços menores: nestes se inscrevem pequeníssimos círculos em branco com segmentos filiformes (...), o espaço definido entre as colunas, perpendicularizando o centro, é preenchido por uma linda decoração floral a azul, vermelho, ouro e verde, com os filamentos subtilizados a preto em caprichosos ritmos curvilíneos”. Mais adiante, descrevendo de modo idêntico outras iniciais ou maiúsculas (formas, tamanhos, cores, pormenores de desenhos, etc.) acrescentou que “todos os começos e finais capitulares são impressos a encarnado, sendo neste mesmo tom todos os *incipit e explicit*. O livro é copiosamente rubricado a vermelho e azul”; e que a seu pedido o Dr. Júlio fizera Caio Velloso fizera “a análise quantitativa das iniciais maiúsculas, iluminadas a ouro, nos dois tomos da Bíblia” e dos espaços interlineares.

Mantendo o carácter descritivo, sem entrar nos caminhos da análise bibliológica, podem acrescentar-se em relação com a *Moguntina*, as faltas de página de rosto, de paginação e de *litteral reclamantis* (modo de expressar a ordem progressiva das folhas escrevendo na margem inferior da última página de um fascículo as principais palavras do seguinte), a exacta qualidade do suporte da impressão (no caso de pergaminho, este tanto era feitos de peles de carneiros como de vitelos, recebendo este último tipo o nome genérico de “velino”) e a distinção entre capitais ornamentais e capitais historiadas. No primeiro caso atende-se principalmente à decoração, podendo esta, por vezes, invadir os textos; e no segundo às figuras ou símbolos como motivos de adorno, normalmente alusivos ao texto. Muito haverá para dizer sobre as escolas ou tendências que formaram os iluminadores: a flamenga dos Países Baixos no seu apogeu? Nada é dito quando e como foi feita a encadernação. Na *Moguntina* da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa juntaram-lhe uma folha no início com as seguintes indicações manuscritas: “Excellentissimus ac Reverendissimus Domines D. Frater Emmanuel da Cenáculo, Archiepiscopus Eborensis Donavit”, sem data.

E com isto volto à dúvida já mencionada em parte anterior. Em cartas de Frei D. Manuel do Cenáculo escritas de Beja nos anos de 1795 e 1796 para o seu “Amigo do coração” Frei Plácido Barroco é incontestável a insistência do desejo da **venda da *Moguntina*** aos “Padres de Lisboa” por “600 mil réis”, preço mantido até mesmo quando ele fez uma proposta de 800 mil réis juntando-lhe outras obras raras. Ainda que na folha incluída tardiamente no princípio da *Moguntina* surja a palavra “donavit”, sem data, a questão é esta: em que se basearam diversos autores para afirmarem que houve uma **doação da obra em 1795** e alguns até juntaram o mês de Julho? Numa lista manuscrita intitulada “Donativo do Bispo de Beja.... Lx.<sup>a</sup> em Julho de 1795” não consta a *Moguntina*. Em Cardozo Bethencourt (1909) não foi certamente porque ele escreveu, e reproduziu na íntegra, que “em Julho de 1795 fr. Manoel do Cenáculo deu uma preciosa collecção de incunábulo, livros raros e manuscriptos que, em parte, desapareceram”, sem qualquer menção da *Moguntina*. Assim a dúvida: esta foi comprada ou doada? Quando e como? Estaremos perante uma rosário de dislates, que Artur Anselmo poderá juntar a tantos outros no seu “ficheiro de dislates” (A. Anselmo, *Estudos de História do Livro Antigo*. Lisboa, Guimarães Editores, 1997).

### V. Adenda: Vicissitudes da Bíblia de Johannes Gutenberg (c. 1398-1468), a Bíblia de 42 linhas por cada duas colunas em página, a B42

“*Das Werk der Buecher*” designação dada por Johannes Gutenberg à sua invenção da produção de livros impressos, segundo um documento de processo de tribunal opondo-o a J. Fust.

É impossível falar de Bíblias impressas sem referir a Bíblia de Gutenberg, o primeiro grande livro impresso na Europa graças à *ars scribendi artificialiter*. A Bíblia reproduz a Vulgata de S. Jerónimo, o texto oficial da Igreja católica Romana reconhecido como tal pelo Concílio de Trento em 1546. Várias vezes revisto, permanece ainda hoje como texto oficial daquela igreja, pretendido como *vulgata versio*, isto é, “versão de divulgação para o povo”.

Sabe-se pouco sobre a vida particular de Johannes Gensfleisch zum Gutenberg, que se julga ter nascido em 1400, sem haver documento que ateste o acontecimento. Esteve em Estrasburgo, talvez como ourives, onde terá feito experiências de impressão em 1448. Voltou a Mogúncia e na sua cidade começou em 1452 o “trabalho do livro” impresso, a obra da sua vida: a impressão da Vulgata em páginas de duas colunas sob a sua responsabilidade e dos seus associados Johannes Fust e Petrus Schoeffer, numa oficina com cerca de 15 a 20 auxiliares. Saiu a público sem lugar de edição e sem data, mas que se julga entre 1452 e 1455. É hábito acentuar vários pontos que distinguem esta Bíblia de todas as outras: para além de ser o primeiro livro impresso no Ocidente com tipos móveis, o uso do molde de fundição, da liga metálica, da tinta e da prensa, a uniformidade e simetria, a harmonia e beleza, a escrita gótica no seu auge absoluto.

A atribuição dos anos de 1452 a 1455, ainda objecto de discussão, deve-se a documentos manuscritos contemporâneos: uma carta assinalando a venda de folhas da Bíblia na feira de Francfort no Outono de 1454. Um acto notarial de 1455 resumindo o processo que opunha Gutenberg ao seu associado Johannes Fust, que lhe emprestara 1.600 guilders. Uma carta de Enea Silvio Piccolomini, futuro Papa Pio II, ao Cardeal Juan Carvajal (c.1400-1469), datada de Março de 1455, em que dizia que pelo que vira num Congresso de Príncipes germânicos e Prelados em Francfort “o escrito lhe parecera muito nítido e legível, de modo

algum difícil de seguir” e que o Cardeal poderia fazê-lo sem a necessidade de óculos. Uma nota de rubricador datada de 24 de Agosto de 1456 num exemplar conservado na Biblioteca Nacional de França.

Tem-se afirmado, correctamente, que a Moguntina de 1462 é a primeira Bíblia com um colofão dando o local de edição, os nomes dos editores e a data. Contudo, não foi a primeira obra com essa inscrição. Há indícios de que a glória coube a um Saltério de 1457 usado na diocese de Mogúncia, editado por Petrus Schoeffer, um dos associados de Gutenberg que não tardou em fundar o seu *atelier*. O bibliotecário Philippe Hoch, membro da Academia Nacional de Metz (fundada em 1760), da qual foi eleito Presidente em 2004, numa comunicação apresentada na sua Academia em 2000, com o título “Deux exemplaires exceptionnels de la Bible de Gutenberg rapportés à Metz par Dom Maugérard”, revela a história daquele Saltério e sobretudo de dois exemplares da Bíblia de Gutenberg adquiridos para grandes coleccionadores franceses de livros antigos (<http://hdl.handle.net/2042/33830>).

Em viagens de 1767 e de 1789 o monge francês Jean-Baptiste de Maugérard (1735-1815), homem erudito, bibliotecário da abadia beneditina de Saint-Arnould, bem relacionado com numerosos bibliotecários e grandes bibliófilos da época como o Duque de La Vallière, Louis César de La Baume Le Blanc (1708-1780) de cuja biblioteca Guillaume-Fançois De Bure fez o catálogo (1783, 4 volumes), e o Cardeal Étienne-Charles de Loménie de Brienne (1727-1794), conseguiu trazer para Metz dois exemplares excepcionais da Bíblia de Gutenberg. O primeiro, impresso em velino e com riqueza de iluminuras, obteve-a dos monges de Sankt Jakobsberg (Mogúncia) para o coleccionador de livros raros e pinturas Henri Marie Dupré de Geneste (1716-1799) cuja biblioteca viria a ser cedida, mais tarde, em Junho de 1788, ao Cardeal Étienne-Charles de Loménie de Brienne. A B42 fazia parte do lote. Na viagem de 1789 o mesmo Jean-Baptiste de Maugérard adquiriria outro exemplar da Bíblia de Gutenberg no bispado de Mogúncia. Não era tão belo como o primeiro, estava impresso em papel, faltavam folhas e a encadernação não era tão antiga. Mas tinha a particularidade de se poder inferir que fora impressa antes do Saltério datado de 1457.

A ausência do “acabado de imprimir” no Saltério era superada por informações manuscritas. Um certo Heinrich Albch, também conhecido como Henricus Cremer, vigário da colegiada de St. Stephan apresentara-se como o autor das

rubricas, iniciais e títulos, escritos à mão com tinta vermelha, da decoração e da encadernação. De modo idêntico se pronunciou um “Berthold de Steyna, vigário *viceplenabus* da igreja paroquial de Ville-Ostein” da diocese de Mayence, nos arredores de Erfurt à sacristia do qual esse exemplar parece ter pertencido.

O assunto foi amplamente discutido na Academia de Metz e submetido a uma comissão de especialistas que concluíram favoravelmente sobre as anotações de Henricus Cremer e de Berthold de Stenya, tidas como comprovando a impressão das Bíblias adquiridas por Jean-Baptiste Maugérard antes da do Saltério de 1457. Alguns especialistas inclinaram-se mais para o ano de 1455 como o mais provável da impressão da Bíblia de Gutenberg, outros preferiram 1454. O exemplar mais precioso está na Biblioteca Nacional de França e terá sido cedida por Jean-Baptiste Maugérard por se ter recusado a aderir à Constituição Civil do Clero aprovada em 1790.

Tudo isto vem a propósito de uma informação do Museu Gutenberg que a Bíblia de Gutenberg existente na Biblioteca Nacional em Lisboa fora adquirida a Borel & Co. Livreiros e que anteriormente pertencera ao Cardeal Loménie de Brienne. Sabe-se que este em 1790 tivera de vender uma parte da sua Biblioteca para pagamento de dívidas. Todavia a Bíblia já mudara de proprietário. Passara para os fundos da Biblioteca Nacional, não obstante esta ter renunciado à aquisição de uma obra demasiado cara, numa altura em que atravessava uma situação extremamente difícil com cortes orçamentais reduzidos a metade. Étienne Charles de Loménie de Brienne foi um dos poucos prelados que prestou juramento à Constituição Civil do Clero. Foi desprovido do cardinalato, aprisionado pelo governo revolucionário em 1793, libertado, preso de novo a 18 de Fevereiro de 1794. Morreu no dia seguinte de apoplexia na prisão.

Calcula-se que tenham sido produzidos cerca de 180 exemplares da Bíblia de Gutenberg, uns em papel e outros em velino. A obra completa tem dois volumes, com cerca de 1460 páginas no formato *in folio*, cada uma delas com duas colunas de 42 linhas. Têm sido feitas análises cuidadas dos 48 exemplares cujas existências, segundo o Museu Gutenberg, são conhecidas em bibliotecas de 14 países, 12 europeus e dois extra-europeus (EUA e Japão). O quadro seguinte dá a distribuição e características dos 48 exemplares por Países.

Países	Número de Bíblias	Completas	Incompletas	Em papel	Em velino
Alemanha	12	4	8	8	4
Áustria	1	1	-	1	-
Bélgica	1	-	1	1	-
Dinamarca	1	-	1	1	-
Espanha	2	1	1	2	-
França	4	2	2	3	1
Polónia	1	-	1	1	-
Portugal	1	1	-	1	-
Reino Unido	8	7	1	6	2
Rússia	2	1	1	1	1
Suíça	1	1	-	1	-
Vaticano	2	-	2	1	1
EUA	11	5	6	8	3
Japão	1	-	1	1	-

Assim, das 48 Bíblias, 23 são completas e 25 incompletas; 36 são em papel e 12 em velino. Refiro algumas características particulares dessas Bíblias. Uma das de França, completa e em papel, encontrada na Biblioteca do Cardeal Mazario e descrita por Guillaume-François De Bure em 1763 como Mazarina, nome que passou a ser dado a todas as Bíblias de 42 linhas; noutra na Biblioteca Nacional, incompleta e em papel aparecem as datas de 24 de Agosto de 1456 no primeiro volume e de 15 do mesmo mês e ano no segundo, com notas escritas pelo rubricador e encadernador Henricus Cremer. Na Alemanha, o exemplar da Biblioteca da Universidade de Leipzig pertenceu ao mosteiro franciscano de Langensalza (Saxónia) em 1461. No que se refere aos dois exemplares na Rússia, a da Biblioteca

da Universidade de Lomonossov pertencia a Leipzig tendo sido confiscada pelo Exército Soviético aquando da II.<sup>a</sup> Guerra Mundial e o mesmo sucedeu com a que se encontra na Biblioteca Nacional em Moscovo; durante muito tempo foram julgadas perdidas porque o governo russo preferiu omitir a sua existência naquelas instituições. Relativamente à de Portugal a informação é a seguinte: “dois volumes encadernados em 1860 em marroquina vermelha com as armas reais de Portugal (...). Anteriormente em marroquina verde por Derome. Adquirida em 1805 de Borel & Co. Livreiros de Lisboa. Anteriormente possuída pelo Cardeal Loménie de Brienne”. Em alguns exemplares completos distinguem-se perfeitamente as alterações introduzidas, progressivamente, no decorrer da impressão. As primeiras folhas ainda em papel saíram com colunas de 40 linhas, mas o verso da folha 5 já tinha 41 e a partir daí a impressão passou a ser de 42 linhas por coluna. Na impressão em velino todas as folhas saíram com colunas de 42 linhas, à custa da diminuição dos espaços entre as linhas para economizar o papel ou o velino e também para reduzir as demoras de realização. Foram os ex-associados de Gutenberg que mais tarde desenvolveram uma técnica de impressão com duas cores. Uma vez saídas da impressão a preto e branco, sem decoração, as folhas eram vendidas e cabia aos compradores procurarem quem as iluminasse. Deste modo pode dizer-se que cada Bíblia é única. Sirvam de exemplos as diferenças de rubricas e de iluminuras de uma mesma página de texto – Génesis 1:1 – de três Bíblias, uma da Biblioteca do Estado da Baviera, a segunda da Biblioteca da Universidade de Goettingen e a terceira da Universidade de Keio (Japão).

Voltando à questão da análise bibliológica das Bíblias e de outros documentos antigos, no que concerne à parte laboratorial as investigações mais recentes levadas a cabo em centros especializados de vários países. No Harry Ransom Center da Universidade de Texas em Austen e no Gregor Smith do Buffalo State College, ambos nos Estados Unidos da América, em centros da Alemanha, na Universidade de Keio, refiro os exames de “anatomia da Bíblia” ou de “dissecação morfológica” como ilustra um exemplo do primeiro. Noutros centros de vários países as análises vão sobretudo no sentido de destrinçar os pigmentos usados nas iluminuras, utilizando métodos sofisticados como o da espectroscopia de Chandrasekhara Raman (1888-1970), o físico indiano que foi o primeiro asiático contemplado com o Prémio Nobel (de Física), em 1930. Não sendo físico, resumirei em breves palavras o que pude entender da teoria de Raman: consistiu na

descoberta de quando a luz de uma certa frequência é difundida através de um material transparente são adicionadas outras frequências, o que caracteriza os materiais, por uma troca de energia entre a luz e os materiais observados.

O que importa no caso presente é que a análise espectroscópica tem permitido definir os pigmentos utilizados pelos iluminadores, as suas prováveis localizações geográficas, a pertença a uma determinada escola, o gosto do proprietário que encomendava as iluminuras, etc., as modificações de cores ao longo dos tempos, por demasiada exposição à luz natural, por contacto com outras obras, por trabalhos de restauro posteriores. Mas, de uma maneira muito geral, pode dizer-se o seguinte sobre as paletas de cores mais usadas: o vermelho vivo das rubricas, das plumagens de pássaros, das flores era obtido a partir do cinábrio (sulfureto de mercúrio) utilizado desde a Antiguidade; o azul das flores, dos botões de flores e dos pássaros era da azurite (um carbonato básico de cobre) também usada desde a Antiguidade; o branco das folhagens, das flores e das plumagens de pássaros o colorante era da calcite (carbonato de cálcio); o amarelo utilizado para letras dentro do texto e aclarar áreas na folhagem e nas cabeças de alguns pássaros, era de um produto relacionado com o chumbo; o verde mais claro (verde azeitona) de algumas letras capitais, de folhas e trepadeiras, da plumagem de pássaros era de um carbonato básico de cobre, e o verde mais escuro da intervenção da cuprite (óxido de cobre); o preto de plumagem de pássaros, do sublinhado de detalhes finos era um pigmento baseado no carvão; e os dourados eram feitos pela aplicação de folhas de ouro.

Ora tudo isto tem muita importância para a compreensão da nossa herança cultural, nomeadamente em relação com os cuidados a ter na conservação e restauro de documentos tão valiosos. Como escreveu Umberto Eco no princípio do seu magnífico romance histórico *O Nome da Rosa*, o Abade disse a Frei Guilherme: “o livro é criatura frágil sob a usura do tempo, teme os roedores, as intempéries, as mãos inábeis. Se durante centenas de anos qualquer um tivesse podido livremente tocar nos nossos códices, a maior parte deles já não existia”. É claro que nem sempre os resultados são concordantes com determinadas ideias. De uma forma geral os exemplares em velino têm paletas de cores mais variadas, chegando às dezasseis; a presença de azurite nas folhas em velino pode pressupor a sua aquisição por gente mais rica porquanto o velino era mais duradouro e mais caro que o papel e exigia maiores cuidados artísticos na elaboração das

iluminuras. Mas também há documentos menos preciosos em velino. Nem sempre é fácil distinguir as cores introduzidas em restauros posteriores das cores originais.

As Bíblias antigas e raras têm uma procura muito grande e valem fortunas. Como curiosidade refiro que em 1921 Gabriel Wells, um comerciante nova-iorquino de livros raros, comprou um exemplar incompleto da Bíblia Gutenberg em papel, bastante danificado, desmantelou-o (no que ele chamou de *disservation*) para vender folhas soltas e secções ou capítulos a instituições e colecionadores endinheirados. Consoante o estado de conservação cobrava entre 150 dólares e 100 dólares por folha. Nos dias de hoje 1 dólar de 1920 corresponde a mais de 11 dólares. Gabriel Wells contratou os serviços de Alfred Edward Newton para escrever um curto ensaio para acompanhar as folhas e a obra saiu com o seguinte título: *Mr. Gabriel Wells take pride in offering to Public Institutions and Private Collectors "A Noble Fragment". A genuine Leaf of the Gutenberg Bible (1450-1455). The edition princeps of the Holy Bible. The first book printed from movable types. The magnificent example of typography. The greatest and famous book in the world. With Bibliographical Essay by A. Edward Newton.* Alfred Edward Newton (1864-1940) era um escritor e bibliófilo, autor de dois livros relacionados com colecções de obras antigas: *The Amenities of Book-Collector and Kindred Affections* (1918) e *A Magnificent Farce and other Diversions of a Book Collector* (1921), ainda hoje muito procurados. Nas suas palavras, *"we cherish books even if unread, their mere presence exudes comfort, their reading access, reassurance"*.

Aos preços de mercado em Dezembro de 1999 uma folha da Gutenberg valia 26 mil dólares; no mesmo mês de 2003, o valor montava a cerca de 33 mil dólares; em Dezembro de 2005, a 45 mil; e em Dezembro de 2007, a 74 mil. A aquisição de um exemplar completo feita em 1978 custou 2,2 milhões de dólares norte-americanos (o exemplar está na Biblioteca de Estugarda). Dez anos depois um empresário japonês pagou por um exemplar incompleto (apenas o primeiro volume, a parte do Velho Testamento, que está agora na Biblioteca da Universidade de Keio) 5,4 milhões de dólares. Estima-se em 20 mil a 100 mil dólares o preço de uma folha e entre 25 e 35 milhões de dólares o preço de um exemplar completo!